

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARTA LIBARDONI

**OS CONTEÚDOS DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES DO SISTEMA
ACAFE: UM ESTUDO DOS COMPONENTES AVALIADOS NO EXAME
DE SUFICIÊNCIA**

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

MARTA LIBARDONI

**OS CONTEÚDOS DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES DO SISTEMA
ACAFE: UM ESTUDO DOS COMPONENTES AVALIADOS NO EXAME
DE SUFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para a obtenção do grau de Bacharel no Curso
de Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Professor Esp. Luciano da Rocha
Ducioni.

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

MARTA LIBARDONI

**OS CONTEÚDOS DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES DO SISTEMA
ACAFE: UM ESTUDO DOS COMPONENTES AVALIADOS NO EXAME
DE SUFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em Formação e Exercício Profissional.

Criciúma, Julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^o. Esp. Luciano da Rocha Ducioni

Examinadora: Prof^a. Msc. Kátia Aurora D. L. Sorato

Examinadora: Prof^a. Msc. Andréia Cittadin

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco (*sempre presente*) e Neli aos meus irmãos e cunhada, ao meu namorado e amigos, pela compreensão, pelo apoio e incentivo que me concederam me dando forças para concluir mais esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, sem o qual nada seria possível, pela oportunidade, força e sabedoria para enfrentar as dificuldades e superar os desafios em todos os momentos.

A minha família, de modo especial minha mãe, que nas horas difíceis, teve muita paciência para me ouvir e me incentivar no decorrer desta caminhada. Meu namorado Cesar pela compreensão e carinho. As amigas Denize, Silvinha e Elizandra pelo apoio, dedicação e por estarem sempre ao meu lado não permitindo que o desânimo se aproximasse.

Aos colegas de classe, pelos momentos bons e difíceis que passamos juntos principalmente aos amigos que conquistei durante esta caminhada, em especial: Edione Ferreira Borges, Geovana Neto e Valquiria Gonçalves de Toledo. Que nossa amizade seja eterna.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis que contribuíram na minha formação, em especial ao meu orientador Luciano da Rocha Ducioni pela dedicação, atenção e conhecimento repassado.

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para que esta conquista se realizasse. Muito Obrigada!

Não deixe que a saudade sufoque que a rotina acomode, que o medo o impeça de tentar. Desconfie do destino e acredite em você. Gaste mais horas realizando que sonhando, fazendo que planejando, vivendo que esperando. Porque, embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu.

Luís Fernando Veríssimo

RESUMO

LIBARDONI, Marta. **OS CONTEÚDOS DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS UNIVERSIDADES DO SISTEMA ACAFE: UM ESTUDO DOS COMPONENTES AVALIADOS NO EXAME DE SUFICIÊNCIA.** 2011. 85 p. Orientador: Luciano da Rocha Ducioni. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Com o fortalecimento da economia brasileira, o aumento da concorrência e a forte participação das empresas no mercado externo, as organizações perceberam a necessidade de otimizar seu processo de gestão para manterem-se competitivas e continuar atuando de forma sustentável neste ambiente globalizado. Desta forma, o setor de contabilidade tornou-se estratégico para a gestão de negócios. A procura por profissionais qualificados para conduzir as atividades empresariais vem aumentando, exigindo assim a busca pelo aprimoramento do conhecimento. O Exame de Suficiência é um instrumento fundamental para verificar se o profissional contábil possui conhecimento médio necessário para o exercício da profissão. Este estudo consiste em verificar se os conteúdos das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do Sistema ACAFE atendem aos componentes avaliados no Exame de Suficiência. Caracteriza-se esta pesquisa, como sendo exploratória e descritiva, com abordagens quantitativas e qualitativas, efetuadas por meio de estudo bibliográfico e documental. Destacam-se ainda aspectos relacionados a profissão contábil, registro profissional, as atribuições do Contador e Técnico em Contabilidade, a ética profissional e a regulamentação da profissão contábil no Brasil. Aborda, também, aspectos sobre o ensino superior em contabilidade, qualidade e avaliação, o sistema ACAFE e as matrizes curriculares do curso de Ciências contábeis. De posse das matrizes curriculares do curso em estudo e das provas do Exame de Suficiência aplicadas no 1º, 2º semestre de 2004 e 1º semestre de 2011 foi possível alcançar o objetivo geral deste trabalho, analisando-se os dados, conclui-se que os conteúdos analisados nas matrizes curriculares das Universidades do sistema ACAFE estão parcialmente em conformidade com os conteúdos específicos avaliados no Exame de Suficiência, uma vez que observa-se a ausência de consonância entre a quantidade de horas direcionadas a maioria dos conteúdos lecionados na Universidades pesquisadas em comparação com a participação dos respectivos conteúdos exigidos nas últimas edições do Exame de Suficiência.

Palavras-chave: Profissional da contabilidade, Exame de suficiência, Matriz Curricular.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Instituições de Ensino Superior Filiadas ao Sistema ACADEMIA.....	43
Quadro 2: Conteúdos Avaliados no Exame de Suficiência	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Componentes Específicos Avaliados no Exame de Suficiência 1º 2004 ..	47
Tabela 2: Componentes Específicos Avaliados no Exame de Suficiência 2º 2004 ..	48
Tabela 3: Componentes Específicos Avaliados no Exame de Suficiência 1º 2011 ..	49
Tabela 4: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNESC	51
Tabela 5: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNISUL	53
Tabela 6: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz do Curso de Ciências Contábeis da FURB.....	55
Tabela 7: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UnC	57
Tabela 8: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UDESC	58
Tabela 9: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNERJ.....	60
Tabela 10: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIDAVI.....	62
Tabela 11: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da Unifebe	64
Tabela 12: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIPLAC.....	66
Tabela 13: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIVALI	68
Tabela 14: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIVILLE	70
Tabela 15: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNOCHAPECÓ.....	72
Tabela 16: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNOESC	74
Tabela 17: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da USJ.....	76

Tabela 18: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIARP	77
Tabela 19: Conteúdos Contemplados nas Matrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis e nas Provas do ES 2004 e 2011.	80

LISTA DE SIGLAS

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
CASP – Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CES – Câmara de Educação Superior
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CNE – Conselho Nacional de Educação
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRCs – Conselhos Regionais de Contabilidade
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DOU- Diário Oficial da União
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC – Exame Nacional dos Cursos
ES – Exame de Suficiência
FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade
FURB – Universidade Regional de Blumenau
IES – Instituições de Ensino Superior
IELUSC – Associação Educacional Luterana Bom Jesus
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
ONGs – Organizações não Governamentais
PPP – Projeto Político Pedagógico
RBC – Revista Brasileira de Contabilidade
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UNC – Universidade do Contestado
UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIARP - Universidade do Vale do Rio do Peixe
UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde
UNIDAVI – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

USJ – Centro Universitário Municipal de São José

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Tema e Problema.....	14
1.2 Objetivos da Pesquisa	15
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Metodologia.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 A Profissão Contábil	19
2.1.1 O Profissional da Contabilidade	20
2.1.2 Contador e o Técnico em Contabilidade	21
2.1.2.1 Atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade.....	22
2.1.3 Registro Profissional	24
2.1.4 O Contador e a Ética Profissional	26
2.2 Regulamentação da Profissão Contábil no Brasil.....	27
2.3 Ensino Superior em Contabilidade.....	28
2.3.1 Surgimento do Ensino Superior em Contabilidade no Brasil	29
2.3.2 Instituições de Ensino Superior	30
2.3.3 Diretrizes Curriculares	32
2.3.4 Projeto Político Pedagógico.....	32
2.3.5 Qualidade do Ensino Superior em Contabilidade.....	34
2.3.6 Avaliação do Ensino Superior em Ciências Contábeis.....	34
2.3.6.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.....	37
2.3.7 Educação Continuada.....	38
2.4 Exame de Suficiência.....	39
2.5 O Sistema ACAFE.....	42
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	45
3.1 Componentes Específicos Avaliados na Prova do Exame de Suficiência ..	45
3.2 Conteúdos das Matrizes Curriculares das Universidades do Sistema ACAFE	50
3.2.1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	51
3.2.2 Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	52
3.2.3 Universidade Regional de Blumenau (FURB)	54

3.2.4 Universidade do Contestado (UnC).....	56
3.2.5 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).....	58
3.2.6 Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ).....	60
3.2.7 Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)..	62
3.2.8 Centro Universitário de Brusque (Unifebe)	63
3.2.9 Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	65
3.2.10 Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	68
3.2.11 Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).....	70
3.2.12 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	71
3.2.13 Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).....	73
3.2.14 Centro Universitário de São José (USJ)	75
3.2.15 Universidade do Vale do Rio do Peixe (UNIARP)	77
3.2.16 Análise da Relação entre Conteúdos Exigidos x Matriz Curricular	79
3.3 Exame de Suficiência X Matriz Curricular	79
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86
ANEXO	90

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o tema e o problema do estudo, o objetivo geral e os específicos. Em seguida evidencia-se a justificativa onde descreve-se a importância desta pesquisa, na seqüência os procedimentos metodológicos que norteiam sua elaboração.

1.1 Tema e Problema

A Contabilidade está inserida na vida do ser humano desde a antiguidade e conforme a sociedade evolui a contabilidade acompanhou seus passos. O avanço tecnológico contribui para a modernização do processo contábil, tornando a contabilidade cada vez mais objetiva e acessível no cenário econômico e social.

No contexto organizacional, a contabilidade desempenha um papel importantíssimo para seus gestores, pois por meio dela é que na maioria das vezes soluções viáveis são encontradas para a continuidade de suas empresas. As informações geradas pelo contador apontarão as melhores alternativas para a solução dos problemas organizacionais e é com base nelas que os gestores tomarão suas decisões. Para tanto, é necessário a presença de um profissional qualificado na área contábil.

Buscando inserir-se na globalização, o Brasil prepara-se para adaptar-se as Normas Internacionais de Contabilidade. Deste modo, as empresas necessitam de profissionais cada vez mais qualificados para atuarem no gerenciamento de seus negócios. A procura pela excelência torna o mercado de trabalho altamente competitivo, por isso os profissionais da contabilidade necessitam buscar o aperfeiçoamento constante para prestar serviços de qualidade.

O Decreto-Lei 9.295/46, que regulamenta a profissão contábil, com as alterações da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, determina a possibilidade de realização do Exame de Suficiência (ES). Este é um instrumento fundamental para estimular a modernização das instituições de ensino e dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis.

Com objetivo de oferecer a sociedade maior segurança e identificar se os profissionais estão aptos para o exercício da profissão, avaliando se possuem os conhecimentos indispensáveis e condizentes com as exigências do mercado, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realiza o Exame de Suficiência como requisito para obtenção do Registro Profissional, sem o mesmo o profissional não poderá exercer legalmente a profissão. O Exame de Suficiência é uma prova destinada a identificar se o candidato possui os conhecimentos médios necessários para o exercício da profissão contábil.

Ele também visa apontar se os conteúdos do processo de ensino-aprendizagem ministrados pelas instituições são condizentes com a real necessidade que o mercado de trabalho exige para a formação de profissionais qualificados.

Deste modo, este trabalho tem como proposta responder a seguinte questão: Os conteúdos das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) atendem os componentes avaliados no Exame de Suficiência?

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar se os componentes das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do sistema ACAFE atendem aos componentes avaliados no Exame de Suficiência.

Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes:

- ✓ levantar os componentes avaliados nos Exames de Suficiência realizados em 2004 e 1º semestre de 2011.
- ✓ identificar os conteúdos contemplados na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do sistema ACAFE; e
- ✓ realizar o comparativo entre os componentes avaliados no Exame de Suficiência e as matrizes dos cursos em estudo.

1.3 Justificativa

Diante da competitividade, das exigências e mudanças provocadas pelo efeito globalização, as universidades devem comprometer-se com a construção do conhecimento e estruturadas para oferecer a seus usuários um ensino de qualidade. Com a finalidade de garantir um ensino superior de qualidade, faz-se necessário avaliar constantemente as matrizes curriculares para adaptar-se às necessidades do mercado de trabalho.

De acordo com Pires e Ott (2008, p. 2),

as instituições de ensino superior (IES) são responsáveis perante o mercado de trabalho, pela formação de profissionais capazes de desempenhar suas atividades de maneira adequada. A maneira, por tanto, pela qual as IES proporcionam a formação científica, profissional é por meio da identificação das competências exigidas pelo mercado de trabalho, moldando seu projeto pedagógico e sua estrutura curricular de acordo com o mercado.

Sendo assim, conhecendo o que o mercado de trabalho espera de um profissional, é possível avaliar e definir se os conteúdos programáticos dos cursos estão de acordo com a necessidade do mesmo.

Desta forma, justifica-se a relevância desta pesquisa, pois procura somar conhecimento para o estudo da contabilidade, buscando identificar se o ensino-aprendizagem atende a uma formação de qualidade para o contador.

Na contribuição prática, este estudo pretende identificar se os conteúdos programáticos ministrados pelas Universidades do sistema ACAFE são aderentes aos componentes específicos avaliados no Exame de Suficiência, por meio dele as matrizes curriculares poderão ser reavaliadas de acordo com a necessidade do mercado de trabalho.

Acredita-se que a importância social desta pesquisa vem demonstrar que o Exame de Suficiência tem por objetivo estabelecer um padrão de profissionais qualificados para a área contábil, promovendo o aperfeiçoamento constante e o comprometimento para com a sociedade onde estão inseridos.

1.4 Metodologia

Com o intuito de atender aos objetivos estabelecidos para este estudo determina-se que a metodologia utilizada tem por base um conjunto de elementos que tem por finalidade solucionar problemas, por meio de métodos científicos. Para Gil (1994, p. 43), “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.” Com isso, serão empregadas pesquisas descritivas e exploratórias.

Quando ao método de pesquisa descritiva Andrade (2005, p. 124), define como:

neste tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

Assim, nesta pesquisa será descrito os conteúdos programáticos das matrizes curriculares dos cursos de ciências contábeis das Universidades do sistema ACADE e a aderência aos componentes específicos avaliados no Exame de Suficiência.

Em referência ao método de pesquisa exploratória que será utilizada no estudo Gil (1994, p. 44), destaca:

pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Deste modo, como o tema avaliação do ensino superior nos cursos de Ciências Contábeis é pouco explorado, busca-se maior familiaridade com o assunto tendo como finalidade torná-lo mais conhecido.

Em relação aos procedimentos bibliográficos se fará uso de livros, *sítes*, artigos científicos, publicações do Conselho Federal de Contabilidade e legislação para formulação da pesquisa em questão.

Conforme Almeida (1996, p. 108), a pesquisa bibliográfica “tem como objetivo conhecer as contribuições culturais ou científicas que tenham sido publicadas seja sob a forma impressa ou multigrafada.” Já para Gil (1994, p.71), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Em seguida será realizada pesquisa documental utilizando-se de informações extraídas das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e das provas realizadas pelo Exame de Suficiência.

Quanto à abordagem da pesquisa ocorrerá de forma mista, tanto qualitativa quanto quantitativa. Na pesquisa qualitativa Richardson (1999, apud Raupp; Beuren 2006, p. 91), define que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.” Já na pesquisa quantitativa, segundo Oliveira (2002, p. 115), “significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas.”

Portanto, com os dados de pesquisa apresentados este estudo definiu-se como exploratório e descritivo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise qualitativa e quantitativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica com aspectos relacionados a profissão contábil, a regulamentação da profissão contábil no Brasil, o ensino superior em contabilidade, o sistema ACADE, e por fim o exame de suficiência.

2.1 A Profissão Contábil

Com o crescimento do comércio e das indústrias, notou-se a necessidade de profissionais para controlar, registrar e cuidar do patrimônio. Desta forma a profissão contábil cresceu como instrumento capaz de fornecer informações úteis no gerenciamento dos negócios.

Com a revolução industrial a profissão passou a ter maior destaque, de acordo com Ribeiro (2007, p. 1), “a Profissão Contábil tornou-se uma das principais engrenagens do processo de desenvolvimento econômico-financeiro das organizações.”

A contabilidade desempenha a função de guardião da entidade sendo fonte de registro, interpretação e informação de dados, a ela estão atrelados os relatórios, procedimentos técnicos e de análise.

Por ocasião do encerramento do XV Congresso Mundial de Contadores o então presidente da França Jacques Chirac em seu discurso destaca a importância da Contabilidade,

A profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia. Isso porque vocês não se restringem a cuidar de contas. Vocês são conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, para que têm um importante papel a desempenhar, especialmente em assuntos sociais e tributários. Vocês orientam pequenas e médias empresas e sua administração, simplificando as alternativas, que ainda são demasiado complexas. Vocês desempenham, portanto, um papel no desenvolvimento das possibilidades de emprego, o que merece um especial registro de reconhecimento. Zanluca apud Chirac (1997, p. 1).

A profissão contábil é de extrema importância para a sociedade, pois, toda a empresa necessita de seus serviços. Sem uma contabilidade organizada e estruturada uma empresa não se mantém e nem consegue se estabelecer e obter um crescimento no mercado.

2.1.1 O Profissional da Contabilidade

Atualmente o profissional da contabilidade tem ocupado um lugar de destaque no meio empresarial, por fornecer dados, interpretar as informações geradas pela tecnologia da informação e traduzir as informações produzidas visando auxiliar os gestores na elaboração de suas projeções.

Para Fortes (2005, p. 168) o profissional contábil deve ser considerado,

um dos profissionais de maior relevância na sociedade, cujo trabalho, quando realizado com ética, responsabilidade profissional e obediência à lei, tem forte influência positiva no seio da sociedade, garantindo e respaldando as decisões que interferem frontalmente na vida das pessoas.

O profissional da contabilidade que exerce suas atividades com ética terá como resultado do seu trabalho o reconhecimento, respeito, credibilidade e confiança de seus usuários.

Em relação à profissão contábil, Vieira (2006, p. 13) destaca que

atualmente, na área da contabilidade, existe uma grande massificação de profissionais tornando o mercado altamente competitivo. Para manter-se neste mercado, é preciso estar preparado, devendo o profissional, além de apresentar demonstrativos financeiros e informações aos gestores, criar um relacionamento com seu cliente, utilizando-se de técnicas diferenciadas, buscando a fidelidade da carteira de clientes por meio de seus serviços.

Por estar em constante crescimento a contabilidade é encarada hoje como uma das áreas de atuação que mais garante ao profissional um espaço no mercado de trabalho. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2011), existem no Brasil 496.133 profissionais ativos, onde 202.829 são técnicos em contabilidade, sendo 129.453 homens e 73.376 mulheres. Os contadores somam 293.304, onde destes 162.137 são homens e 131.167 mulheres. Isso representa que 58,77% dos profissionais são do sexo masculino e 41,23% são do sexo feminino.

Com tantos profissionais disponíveis na área, o mercado de trabalho torna-se cada vez mais competitivo. Por isso a educação continuada passou a ser

uma necessidade no exercício da profissão, é indispensável que o profissional de contabilidade mantenha-se em constante atualização. Ela representa um diferencial no mundo atual, com a globalização e com as constantes mudanças.

Diante disto, Nunes (2006, p. 14) menciona que,

a informação atualmente tem valor altamente significativo e pode representar grande poder para quem a possui, seja pessoa, seja instituição. Ela possui valor, pois está presente em todas as atividades que envolvem pessoas, processos, sistemas, recursos financeiros, tecnológicos e etc. A informação e seus respectivos sistemas desempenham funções fundamentais e estratégicas nas organizações em sua totalidade, apresentando como recurso estratégico sob a ótica de vantagem competitiva.

Cabe aos profissionais contábeis não somente ter domínio de sua profissão, mas conhecer assuntos de vários aspectos que influenciam o mundo, terem em mente que o aprendizado é contínuo e indispensável.

2.1.2 Contador e o Técnico em Contabilidade

A profissão contábil está dividida em duas categorias profissionais, contador e técnico em contabilidade, cada qual exerce a profissão de acordo com os limites legais de suas atribuições.

Para ser contador, o Bacharel em Ciências Contábeis deve registra-se no Conselho Regional de Contabilidade da sua jurisdição.

Conforme Fortes (2002, p. 57-58) o contador é,

um profissional de nível superior, portador do diploma de bacharel em ciências contábeis, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. A ausência do registro do diploma no CRC além do impedimento do exercício da profissão, não lhe dá o diploma o título de contador, sendo considerado somente o título de bacharel em ciências contábeis e não de contador.

Obtendo o registro o contador está legalmente habilitado para responder por todos os serviços relacionados com a atividade contábil, sem restrições de atribuições.

O técnico em contabilidade é um profissional formado em nível médio profissionalizante, ou seja, é portador do certificado de conclusão do 2º grau, com habilitação em técnico em contabilidade.

Fortes (2002, p. 58) enfatiza que o técnico em contabilidade é:

um profissional de nível médio, portador do diploma de conclusão do segundo grau com habilitação de técnico em contabilidade, que também para exercer a profissão terá que estar devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Para que o técnico em contabilidade possa exercer sua profissão é necessário registrar-se no Conselho Regional de Contabilidade, sendo que o mesmo responde apenas pelas prerrogativas que a ele forem atribuídas.

Com a Lei nº12.249/10, o Exame de Suficiência tornou-se requisito obrigatório para a obtenção do registro no CRC. Portanto será exigido de todos que queiram realizar seu registro ou restabelecê-lo.

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 12, do Decreto-Lei nº. 12.249/10, "os técnicos em contabilidade já registrados no Conselho Regional de Contabilidade e os que venham a fazê-lo até 1º de junho de 2015 têm assegurado o seu direito ao exercício da profissão."

Portanto, somente poderão obter o registro no CRC os técnicos que solicitarem a sua habilitação até o mês de junho de 2015, após esta data, somente poderão registrar-se os Bacharéis em Ciências Contábeis.

Desta forma o contador ou o técnico em contabilidade que deseje exercer sua profissão, deverá ao concluir seu curso, ser aprovado no Exame de Suficiência e efetuar seu registro no CRC na região que pretende atuar.

2.1.2.1 Atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade

As atribuições profissionais dos Contadores bem como dos Técnicos em Contabilidade estão previstas nos artigos. 25 e 26 do Decreto – Lei nº 9.295/46, de 26 de maio de 1946.

O art. 25, do Decreto-Lei 9.295/46 destaca as atividades relativas aos profissionais da contabilidade, como sendo,

a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral; b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações; c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-

judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Este mesmo Decreto-Lei apresenta em seu art. 26 que, “salvo direitos adquiridos ex-vi do disposto no art. 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de Fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados.”

Para Silva (2011, p. 1), a diferença básica entre as duas categorias profissionais é o impedimento aos Técnicos em Contabilidade de praticarem algumas atividades consideradas como atribuições privativas dos Contadores, face a sua formação em nível superior.

De acordo com Silva (2011, p. 1), o profissional da contabilidade pode desenvolver suas atividades na condição de:

- Profissional Liberal ou Autônomo; Empregado regido pela CLT; Servidor público; Militar; Sócio de quaisquer sociedades; Diretor ou Conselheiro de quaisquer entidades. Poderá, também, exercer qualquer tipo de função, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, como:
- Analista; Assessor; Assistente; Auditor Interno ou Externo; Conselheiro; Consultor; Controller; Educador; Escritor ou Articulista Técnico; Fiscal de Tributos; Legislador; Pesquisador; Professor ou Conferencista; Redator e Revisor.

Visando atender as necessidades do mercado de trabalho, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 560/83 de 28 de outubro de 1983, detalhou ainda mais as prerrogativas estabelecidas no Decreto-Lei, conforme disposto no art. 3º.

Das atribuições privativas enunciadas no art. 3º da Resolução CFC nº 560/83 está disposto no inciso § 2º “os serviços mencionados neste artigo sob os números 5, 6, 22, 25, 30, poderão ser executados pelos Técnicos em Contabilidade da qual sejam titulares.”

São prerrogativas exclusivas dos contadores o desenvolvimento das atividades de auditoria, perícia contábil, fiscalização tributária, revisão de balanços, análise das variações orçamentárias entre outras.

Para tanto nenhuma das atividades poderão ser exercidas por quem não é habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado onde o serviço será prestado.

2.1.3 Registro Profissional

Para exercer a profissão contábil em qualquer modalidade de serviço ou atividade, o profissional da contabilidade precisa estar com seu registro ativo e regular em seu Conselho Regional de Contabilidade.

De acordo com a Resolução CFC 1167/09, de 27 de março de 2009, no seu art. 2º, “o registro deverá ser obtido no CRC com jurisdição no local onde o Contabilista tenha seu domicílio profissional.”

Em seu art. 3º a Resolução CFC 1167/09 destaca que o registro profissional compreende:

- I- Registro Definitivo Originário;
- II- Registro Definitivo Transferido;
- III- Registro Provisório;
- IV- Registro Provisório Transferido; e
- V- Registro Secundário.

O Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (2010, p.1) explica que:

Registro Definitivo Originário: é concedido ao contador ou Técnico em Contabilidade pelo CRC jurisdição domicílio profissional do Contabilista.

Registro Definitivo Transferido: é concedido pelo CRC que tenha jurisdição sobre o novo domicílio do profissional no qual o portador de registro Definitivo Originário passe a exercer a sua atividade.

Registro Secundário: é concedido por CRC de jurisdição diversa daquela onde o Contabilista possua o registro Profissional, para que esse possa exercer sua atividade sem alterar o seu domicílio profissional.

Registro Provisório: é concedido por CRC ao Contador ou Técnico em Contabilidade que ainda não esteja de posse do diploma ou certificado registrado no órgão competente.

Registro Provisório Transferido: é concedido pelo CRC da jurisdição do novo domicílio profissional ao portador de registro provisório.

Para requerer quaisquer um dos registros acima citados o contabilista deverá encaminhar a documentação necessária para o Conselho Regional de Contabilidade.

Conforme a necessidade o profissional, pode requerer a mudança de categoria no seu registro contábil. De acordo com o Manual de Registro do sistema CFC/CRCs (2009), o pedido decorrente da mudança de categoria deverá ser encaminhado ao CRC, instruído com a documentação necessária, tais como: requerimento, comprovante de recolhimento das taxas de registro e da carteira profissional, foto e diploma ou certificado fornecido pelo órgão de ensino.

Segundo o Manual de Registro, a alteração de categoria de Técnico em Contabilidade para Contador, além dos documentos exigidos anteriormente é necessário apresentar o comprovante de pagamento da taxa completar de anuidade.

O Manual de Registro (2009, p. 33) informa que, “é permitida a alteração da categoria de Contador para Técnico em Contabilidade, desde que este possua registro anterior como Técnico em Contabilidade ou seja diplomado na respectiva categoria.”

Em seu art. 9º, a Resolução CFC 1167/2009 dispõe sobre a alteração de nome ou nacionalidade, destacando que o profissional da contabilidade deverá encaminhar ao CRC requerimento, instruído com:

- I- original e cópia, que será autenticada pelo CRC, da certidão de casamento ou de separação judicial ou de divórcio, ou certificado de nacionalidade ou certidão de nascimento averbada, conforme a situação;
- II- 2 (duas) fotos 3x4 iguais, recentes, de frente, coloridas e com fundo branco; e
- III- comprovantes de recolhimento da taxa de registro profissional e da taxa da Carteira de Identidade Profissional ou da Carteira de Registro Provisório.

O registro baixado por qualquer motivo poderá ser restabelecido mediante requerimento junto ao CRC. Caso o registro baixado possua débitos de anuidades ou multa, será necessário a respectiva regularização para o restabelecimento. Conforme o Manual de Registro (2009, p. 38),

no caso de restabelecimento de registro cujo o profissional tenha débito remanescente de anuidades ou multa de infração, é necessário que o contabilista os regularize, admitindo-se o parcelamento, com o pagamento imediato da primeira parcela.

A Resolução CFC 1167/2009 dispõe que o cancelamento do Registro Profissional ocorre nos casos de:

- I- falecimento do Contabilista;
- II- aplicação de penalidade de cancelamento do Registro Profissional transitada em julgado; e
- III- apresentação de documentos falsos, quando estes forem exigidos para a concessão do Registro Profissional, apurado por processo administrativo transitado em julgado.

O Manual de Registro (2009, p.40) refere-se a suspensão do registro como “cessão temporária de habilitação para o exercício da atividade profissional, decorrente da aplicação de penalidade transitada em julgado ou por decisão judicial, cuja contagem de prazo dar-se-á nos termos da normatização vigente.”

Os contadores e técnicos em contabilidade correm agora o risco de ter o registro profissional cassado. A Lei nº12.249/10 dá direito ao Conselho Federal de Contabilidade de cassar o registro do Contador.

De acordo com o artigo 76 da Lei nº 12.249, a penalidade está prevista para os casos de comprovada incapacidade técnica, crime contra a ordem econômica e tributária, como falsificação de balanço, apresentação de falsa prova para a obtenção do registro profissional e apropriação indevida de valores de clientes.

2.1.4 O Contador e a Ética Profissional

Por ética profissional entende-se, um conjunto de normas morais pelo qual o individuo deve orientar seu comportamento na profissão que exerce.

Neste sentido, Camargo (2002, p. 31) ressalta que,

a ética profissional é a aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais; a pessoa tem que estar imbuída de certos princípios ou valores próprios do ser humano para vivê-los nas suas atividades de trabalho. [...] Portanto a ética profissional é intrínseca à natureza humana e se explicita pelo fato de a pessoa fazer parte de um grupo de pessoas que desenvolvem determinado agir na produção de bens ou serviços.

Atualmente o contador enfrenta grandes desafios para identificar os limites da honestidade e dignidade de seus atos, distinguir com clareza os princípios morais que devem orientar sua conduta.

Para Lisboa (1997, p. 61),

o contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. Não basta, assim, preparação técnica, por melhor que ela seja. É preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa.

Conforme Nalini (2009, p. 293) a profissão é “uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros e a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade da pessoa humana.”

A ética está ligada a opção, ao desejo de manter com os outros relações justas e aceitáveis. A postura do profissional em relação às questões éticas pode ser o seu diferencial no mercado.

Lisboa (1997, p. 62) afirma que “uma das condições essenciais para o sucesso profissional do contador é sua aderência a um conjunto de princípios éticos que sirvam de premissas as suas ações.”

Portanto, cabe aos profissionais manterem uma postura ética diante das organizações, não permitindo se influenciar ou manipular por atitudes que possam vir a prejudicar sua carreira profissional.

Todo o profissional precisa ser ético, ou seja, sentir-se íntegro em suas relações, preservando e contribuindo de forma positiva com sua imagem e de toda classe que representa, demonstrando assim respeito pelos acordos firmados com as organizações.

2.2 Regulamentação da Profissão Contábil no Brasil

Algumas atividades profissionais podem ser exercidas sem a necessidade de estarem regulamentadas por lei, ou por quaisquer outras questões formais, estas são as chamadas profissões livres.

A profissão contábil é legalmente regulamentada, onde se estabelecem as condições, atribuições, prerrogativas e exigências para o exercício da profissão.

Fortes (2005, p. 5-6) enfatiza que,

para estes tipos de profissão, não basta aprender ou ter habilidade de fato para desempenhar o trabalho. É indispensável que se conquiste o direito de exercer tais atividades através da formação acadêmica e do registro do diploma no respectivo Conselho ou Órgão Fiscalizador da Profissão; em outras palavras, temos que atender às qualificações profissionais que a lei específica estabelecer.

No Brasil a profissão contábil foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, onde foram instituídas as duas categorias profissionais, sendo a de Contador e a de Técnico em Contabilidade, com atribuições a cada profissional, também criou o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRCs.

De acordo com Fortes (2005, p. 4),

como ocorre em todas as profissões regulamentadas e fazendo parte da regulamentação da profissão, foram também criados os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), cujos objetivos

maiores são basicamente proceder ao registro para a habilitação dos profissionais e promover a fiscalização do exercício da profissão dos contadores e dos técnicos em contabilidade.

Desta forma, com a regulamentação a profissão contábil passou a ter normas e princípios para serem observados. O profissional contábil deve estar legalmente registrado, seguindo as normas e os princípios profissionais, para atuar de maneira justa e legal. Para isso o Sistema CFC/CRCs é responsável pela organização do exercício profissional, fiscalizando suas atividades, definido normas para a profissão e organizando o registro dos profissionais.

Fortes (2005, p. 33) destaca que “o contabilista deve zelar pelos bons procedimentos técnicos, éticos e legais. Havendo prática de atos contrários [...], estarão sujeitos a fiscalização, ficando passíveis de punições previstas na legislação específica.”

Desta maneira o profissional de contabilidade tem a função de ser ético em suas atitudes, tendo em vista que a falta da mesma gera o descrédito do trabalho realizado e o deixa passível de punição.

2.3 Ensino Superior em Contabilidade

O impacto da revolução tecnológica, as evoluções e tendências do cenário econômico mundial, a produção e socialização do conhecimento, enfatizam a importância da educação para os contadores.

Segundo Fahl e Manhani (2006, p.33),

no passado, o ensino estava concentrado em princípios, normas, conceitos e fatos contábeis. A partir dos anos 80, passou a existir maior preocupação com a preparação do profissional contábil, com ênfase na metodologia que permitia ao estudante aprender a aprender, de forma a estar sempre atualizado.

Hoje, a possibilidade de produzir e socializar o conhecimento não estão somente ligados à universidade. Para Masetto (2003, p. 13-14), “podemos pesquisar em nossos computadores domiciliares ou profissionais, nos escritórios, nas empresas, nas ONGs (Organizações não Governamentais), assim como podemos nos informar por meio dos canais abertos pela televisão sobre todo e qualquer assunto que desejarmos.”

Diante desta nova realidade as universidades terão que desenvolver um modelo de ensino que auxilie o aluno a desenvolver um amplo conhecimento e habilidades.

De acordo com Marion (2001 p. 14), “a educação para os futuros contadores deveria produzir profissionais que tivessem amplo conjunto de habilidades e conhecimentos.”

O cenário em que as empresas atuam é de constante evolução, o profissional contábil é um dos principais agentes deste ambiente para isso necessita de preparado para executar adequadamente o seu papel.

2.3.1 Surgimento do Ensino Superior em Contabilidade no Brasil

A história da contabilidade está ligada a própria história da evolução da humanidade. Identificar e compreender os fatos passados torna-se relevantes para o entendimento do presente, e com maior certeza projetar idéias futuras. Para compreender o estágio em que se encontra o ensino superior na área contábil atualmente é necessário uma análise sobre o passado. Moura e Silva (2010, p. 3) destacam que,

é importante conhecer a história para entender as relações existentes entre os ranços e avanços que ocorreram no processo, proporcionando uma visão sistemática do curso de Ciências Contábeis, contexto em que foi criado e possíveis perspectivas para o futuro.

No Brasil a primeira escola de Contabilidade, foi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado que surgiu em 1902 como “Escola Prática de Comércio”, que tinha por objetivo organizar o curso destinado a formar os “guarda-livros”. (LAFFIN 2005). Em 1931 foi criado por meio do Decreto nº20.158, o curso Técnico de Contabilidade com duração de dois anos para formar Guarda-Livros e de três anos para formar Peritos Contadores.

Segundo Laffin (2005, p.107), “com esse decreto é estabelecida a formação dos profissionais em contabilidade em nível médio, através do curso denominado “Guarda-livros”, agora com duração de dois anos, e do curso de “Perito Contador”, de três anos.”

Foi somente em 1945 que foi instituído o curso de Ciências Contábeis e Atuariais por meio da Lei 7.988. Apesar do pioneirismo da Fundação Álvares Penteado, só 1949 iniciou a primeira turma de Ciências Contábeis e Atuariais.

Neste sentido, Rosella *et al* (2006, p. 29) ressaltam que,

o curso superior de Ciências Contábeis Atuarias foi instituído pelo Decreto-Lei nº.7.988, de 22 de setembro de 1.945, com duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis para aqueles que o concluíssem.

Com a criação da referida Lei, que determina o tempo de duração do curso de Ciências Contábeis houve a necessidade também de ser definida a sua matriz curricular. Na ocasião definiu-se de forma lógica começando o estudo de uma maneira geral até chegar aos conteúdos específicos da contabilidade, sendo distribuídas por série.

No decorrer dos anos a matriz curricular sofreu várias alterações para adequar-se a realidade. A última alteração deu-se em 16 de Dezembro de 2004, por meio da Resolução nº 10/2004, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observados pelas Instituições de Educação Superior.”

2.3.2 Instituições de Ensino Superior

No Brasil as Instituições de Ensino Superior são regulamentadas pela Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que apresenta em seu art. 43 incisos I ao VII a finalidade do ensino superior,

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos

que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As Instituições de ensino superior pela sua natureza jurídica podem de ser públicas (federais, estaduais ou municipais) ou privadas (com ou sem fins lucrativos). As IES públicas são mantidas pelo Poder Público, as privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas. (PELEIAS, 2006).

De acordo com o Decreto-Lei nº 5.773 de 09 de maio de 2006 as instituição de ensino superior conforme suas características são classificadas como:

I - faculdades;

II - centros universitários; e

III - universidades.

As faculdades são instituições de ensino superior, públicas ou privadas que oferecem em seus currículos uma ou mais área de conhecimento. Conforme Peleias (2006, p. 18) as faculdades “são instituições de educação superior públicas o privadas, com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento.”

Os centros universitários são instituições de ensino superior que se caracterizam por oferecer ensino de excelência, pela comprovada qualificação de seu corpo docente, abrangendo uma ou mais área do conhecimento.

Para Peleias (2006, p.18) centros universitários “são instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que oferecem ensino de excelência, oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.”

As universidades são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas que tem como característica o ensino a pesquisa e extensão. Dentre as atribuições das universidades na Lei 9.394/96 no art. 53 incisos I a IV é possível destacar:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

No Brasil as universidades possuem a autonomia para criar cursos sem a autorização do MEC (Ministério da Educação), aumentar ou diminuir o número de vagas, fechar cursos, expedir diplomas. As universidades oferecem cursos em pelo menos cinco áreas do conhecimento.

2.3.3 Diretrizes Curriculares

Com a instituição da Lei de Diretrizes da Educação Nacional, nº4.204/61, definiu-se que é de competência do Conselho Federal de Educação a fixação dos conteúdos programáticos mínimos para os cursos de graduação.

Para garantir às instituições a flexibilidade para organizar seus projetos pedagógicos para cada curso foi instituída a Lei nº9.131/2005, que tem por objetivo orientar os cursos de graduação na formação de seus currículos.

Deste modo, cabe ressaltar de acordo com o Parecer CNE/CES 0146 (2002, p. 5) que:

as Diretrizes Curriculares Nacionais ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus próprio projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos.

Desta forma, é de responsabilidade das instituições a formação de profissionais preparados para ingressar no mercado de trabalho, prontos para exercer suas habilidades e competências com responsabilidade.

2.3.4 Projeto Político Pedagógico

O projeto político pedagógico (PPP) define a identidade da instituição, indica o caminho para o ensino de qualidade.

Masetto (2003, p. 60) destaca que o projeto político pedagógico é,

o subconjunto mais importante do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, na medida que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, dos cursos de graduação, especialização e pós-graduação, bem como orienta a política de

contratação de docentes e funcionários, o aperfeiçoamento e desenvolvimento deles, o processo de seleção dos candidatos e na infraestrutura acadêmica, administrativa e pedagógica.

O PPP, é a organização interna da instituição de ensino superior, por meio dele é organizado e programado as atividades, planejado os cursos e projetos que pretende-se desenvolver na área de pesquisa e extensão, graduação, especialização e pós-graduação. Serve de orientação na política de contratação de docentes e demais funcionários, bem como seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Para Peleias (2006, p. 132),

A definição do projeto pedagógico precisa estar alinhada com a proposta pedagógica global da instituição, inserida no plano de desenvolvimento institucional. Para tanto, recomenda-se que sua concepção seja uma atividade coletiva, para garantir a participação de todos os personagens do cenário educacional da instituição (diretores, coordenadores, professores, alunos, equipe administrativa), gerando uma identidade institucional.

Portanto, para elaborar um projeto político pedagógico dinâmico todos os membros da instituição, como professores, alunos, funcionários e sociedade, devem envolver-se para superar a resistência à mudança, isolamento e o individualismo.

De acordo com o art. 2º, parágrafo 1º, da Resolução CNE/CES nº 10/2004, o projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis deverá abranger os seguintes elementos estruturais:

- I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares;
- XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

Deste modo, o projeto político pedagógico deve conter os objetivos do curso, as condições que tem a oferecer, a carga horária das atividades, o perfil do profissional a ser formado e a forma de avaliação do ensino e da aprendizagem, entre outros. Sendo assim, servirá como um direcionador a ser seguido pelo curso.

3.5 Qualidade do Ensino Superior em Contabilidade

O ensino está ancorado em princípios sociais, políticos, éticos, que ao longo do tempo podem ser modificados de acordo com a experiência e a expectativa de vida de cada indivíduo, conseqüentemente alterando o estilo de vida da sociedade. Rosella *et al* (2006, p. 1) explicam que educação e ensino são processos distintos mas que devem estar interligados, onde “a educação cuida do desenvolvimento integral do homem, física, intelectual e moralmente, enquanto o ensino cuida transmissão de conhecimentos acumulados, indispensáveis a educação”.

É importante destacar que a educação de qualidade quando bem absorvida pelo indivíduo dá a ele melhores condições de perceber as oportunidades, construindo um desempenho adequado na vida profissional e nas relações sociais.

As Universidades são as responsáveis pela transmissão do conhecimento científico fazendo com que se desenvolva o processo de ensino aprendizagem, evoluindo e modificando-se de acordo com a necessidade da sociedade. No ensino da contabilidade de acordo com Dal Vesco (2006, p. 1),

a compreensão atual da contabilidade requer um entendimento do significado de ensino e aprendizagem produzidos pelas instituições de ensino superior. Sendo a universidade a promotora do saber, é notório que ela seja o centro do desenvolvimento científico.

Conforme Dal Vesco (2006), com os avanços tecnológicos, do aperfeiçoamento do processo de comunicação, da diversificação de equipamentos e máquinas e da globalização, que influenciam no processo de ensino aprendizagem, deve-se ter atenção ao desenvolvimento dos processos metodológicos, para que ambos evoluam juntos.

2.3.6 Avaliação do Ensino Superior em Ciências Contábeis

A avaliação é realizada como instrumento para medir o nível de conhecimento adquirido pelos alunos. Ela é desenvolvida pelo corpo docente com o

objetivo de analisar o desempenho dos alunos avaliando a aprendizagem dos mesmos. De acordo com o conceito de Vasconcellos (1994, p. 43):

a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os problemas identificados/obstáculos.

O processo de avaliação é importante pois identifica o desempenho do aluno que não está somente baseado na relação aluno e professor, mas principalmente na habilidade do indivíduo de apreender.

De acordo com Ramos (2004, p. 21):

a avaliação exerce uma função importante no processo ensino-aprendizagem, pois a razão do professor ou do aluno permanece acidental, senão for acrescida da habilidade de apreender com seus erros e o insucesso de suas intervenções. É salutar no debate sobre a avaliação que a crítica se fundamente sobre os instrumentos e critérios que vêm sendo utilizados no “juízo” de uma pessoa.

Conforme Gil (1997), no cenário atual a principal tarefa desempenhada pelas instituições é de disponibilizar aos seus alunos conhecimento e habilidade, que são ferramentas importantes para o desenvolvimento eficaz dentro de uma sociedade complexa. Neste processo de avaliação, ela deixa de ser considerada como instrumento de seleção e fiscalização, e passa a ser identificada como um processo de coleta e análise de dados, tornando-se um instrumento eficaz no método de ensino aprendizagem.

Com o intuito de mensurar a qualidade dos cursos do ensino superior o governo brasileiro implantou na década de 90 um sistema de avaliação para garantir a qualidade da educação. Desta forma, foi implantado por meio da Lei nº9.131/95 o Exame Nacional dos Cursos (ENC), conhecido como Provão.

O Provão surgiu como forma de avaliar alunos e instituições, tinha como objetivo identificar o desempenho de ambos em períodos anuais, realizado nas fases de conclusão de cursos. Ele era de caráter obrigatório, sendo efetuado durante oito anos consecutivos (1996 – 2003), sendo indispensável para liberação do certificado de conclusão de curso.

Conforme Dal Vesco (2006, p. 3), “o Provão examinava os cursos oferecidos pelas universidades e faculdades brasileiras, classificando-os a partir do desempenho nas respostas às questões das provas.”

Em 14 de abril de 2004, por meio da Lei 10.861, foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). De acordo com Paiva (2008, p. 33), esse sistema tem por objetivo analisar e implantar novas formas de metodologias de avaliação que atendam o atual método de avaliação da educação superior.

Segundo Teixeira (2006, p. 10) a avaliação

da formação acadêmica e profissional é entendida como uma atividade estruturada que permite a apreensão da qualidade do curso no contexto da realidade institucional, no sentido de formar cidadãos conscientes e profissionais responsáveis e capazes de realizar transformações sociais.

É de responsabilidade de SINAES avaliar alunos, cursos e instituições. O resultado da realização dessa avaliação servirá de base para o SINAES efetuar a fiscalização e a regulamentação dos cursos. Neste contexto Schmitz (2008, p. 37):

buscará avaliar o que estiver ligado a esses três componentes, como por exemplo, os docentes, a produção científica, os estudantes, as instalações. As informações obtidas dessa avaliação servirão inicialmente para a instituição como instrumento de orientação e gestão e para o governo, para controle, como instrumento de fiscalização.

Para Brito (2008), a avaliação quando realizada por meio de forma dinâmica poderá ser utilizada pelas instituições para identificar não somente suas debilidades, mas também para identificar suas potencialidades.

Cabe ressaltar que o SINAES compreende os seguintes componentes:

- a) avaliação institucional:** esta se divide em duas etapas: a auto-avaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) onde cada instituição é orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação; e avaliação externa coordenada por uma comissão designada pelo Inep (INEP, 2010).
- b) avaliação dos cursos:** tem o objetivo de averiguar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, e seu aproveitamento. A avaliação é realizada mediante questionário do ENADE, direcionado aos coordenadores dos cursos e realizada pelos professores do curso e CPA (Comissão Própria de Avaliação). (INEP, 2010).
- c) avaliação do desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes:** esta avaliação é realizada por meio do ENADE. (INEP, 2010).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), possui uma série de instrumentos complementares dentre eles o Enade.

2.3.6.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

Com o intuito de substituir o ENC, foi implantado o ENADE, que tem por objetivo, de acordo com o INEP (2009, p. 1),

avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

Em relação aos conteúdos programáticos, serão avaliados os conhecimentos adquiridos pelos alunos e a capacidade de solucionar problemas inerentes a área de atuação.

Deste modo Brito *et al* (2004, p. 231) consideram que,

o ENADE pretende levantar dados sobre as mudanças do estudante causadas, principalmente pela influência dos cursos nos quais estão inseridos, ocorridas ao longo da trajetória acadêmica. Ainda, pretende levantar dados sobre diferenças na magnitude dessa influência entre instituições que oferecem o mesmo curso.

O Exame do ENADE é aplicado de forma trienal, facilitando a mensuração do conhecimento, habilidades e competências que o estudante desenvolveu na sua vida acadêmica, avaliando tanto os ingressantes como os concluintes. Consideram-se ingressantes os alunos que cumpriram de 7% a 22% da carga horária do curso e concluintes os que completaram 80% da carga horária. (INEP, 2009).

A avaliação do ENADE dá-se por meio de prova que tem duração de quatro horas e é composta por 40 questões discursivas e de múltipla escolha, onde 10 correspondem à formação geral e 30 questões inerentes à formação específica da área. (INEP, 2009).

Para o curso de Ciências Contábeis, a prova é formulada a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, com a aprovação do (CNE) Conselho Nacional de Educação e do (MEC) Ministério da Educação. (INEP, 2006).

Foram avaliadas em 2009 como componentes específicos do curso de Ciências Contábeis as disciplinas de teoria contábil, escrituração contábil elaboração de demonstrações contábeis, contabilidade societária, custos, controladoria, ética, auditoria, perícia, estatística, legislação societária, comercial, trabalhista e tributária e sistemas de informações. (INEP, 2010).

Cabe salientar que o Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrito no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação.

2.3.7 Educação Continuada

A educação é um fenômeno social e universal, que traz vantagens para todos os segmentos e profissões, na área da contabilidade não poderia ser diferente. Diante disto, Nunes (2006, p. 14) menciona que,

a informação atualmente tem valor altamente significativo e pode representar grande poder para quem a possui, seja pessoa, seja instituição. Ela possui valor, pois está presente em todas as atividades que envolvem pessoas, processos, sistemas, recursos financeiros, tecnológicos e etc. A informação e seus respectivos sistemas desempenham funções fundamentais e estratégicas nas organizações em sua totalidade, apresentando como recurso estratégico sob a ótica de vantagem competitiva.

A educação continuada passou a ser uma necessidade no exercício da profissão, é indispensável que o profissional da contabilidade mantenha-se em constante atualização. Ela representa um diferencial no mundo atual, com a globalização e com as constantes mudanças.

Percebe-se que o profissional da contabilidade e sua formação estão diretamente ligados ao conhecimento adquirido e sustentado por meio de especializações, do contínuo aprender com o estudo em suas diversas modalidades.

Conforme Silva (2004, apud SONTAG *et al.* 2007), são dez os mandamentos do ensino da contabilidade:

exaltar permanentemente a profissão; conduzir ao respeito e a ética profissional; alertar os desafios da contabilidade; respeitar o aluno; estimular o aluno a participar de exposições, seminários; palestras e encontros das entidades de classe (CRCs e CFC); enfatizar “prática x teoria”; praticar estudos de caso; incentivar e educação continuada do aluno; inovar as aulas expositivas – de maneira auditiva e visual; revolucionar a sala de aula.

Preocupado com a educação continuada o Conselho Federal de Contabilidade – Caderno analítico de Exame de Suficiência: histórico dos resultados (2007, p. 14) relata que o CFC/CRCs “elaborou projetos importantes ligados a educação continuada, com o objetivo de despertar o crescimento da qualidade na

área contábil e profissional bem como a constante busca pelo aperfeiçoamento profissional”.

A educação continuada na profissão contábil foi regulamentada pela Resolução CFC nº 945/02. No Brasil a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) destaca em sua Instrução Normativa 308/99 art. 34 a obrigatoriedade da empresa de auditoria e dos auditores independentes manterem uma política de educação continuada de todo o seu quadro funcional e de si próprio.

O Auditor Independente e os demais contadores que compõem o seu quadro funcional técnico devem cumprir 96 pontos de Educação Profissional Continuada por triênio.

Segundo a Resolução 945/02, o não-cumprimento, pelos Auditores Independentes e pelos demais contadores que compõem o seu quadro funcional técnico, das disposições desta resolução, constitui infração ao art. 27, e, do Decreto-Lei nº 9.295/46 e ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

A obrigatoriedade da educação continuada iniciou-se pelos auditores, porém não se exclui a idéia de tornar obrigatória a todos os profissionais registrados no CRC.

Cabe aos profissionais contábeis não somente ter domínio de sua profissão, mas saber de assuntos de vários aspectos que influenciam o mundo, terem em mente que o aprendizado é contínuo, e indispensável.

2.4 Exame de Suficiência

O Exame de Suficiência é um método de avaliação que vigorou inicialmente por meio da Resolução CFC 853/99 entre os anos de 2000 a 2004 sendo suspenso por decisão judicial, na ocasião por ausência de disposição em Lei, mas a partir de 2011 retornou sua exigência. No dia 11 de junho de 2010, foi aprovada a Lei 12.249/2010 estabelecendo no artigo nº 12 que:

os profissionais de que trata o referido Decreto somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do respectivo curso, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos;

O Exame de Suficiência é um mecanismo capaz de avaliar a qualidade dos profissionais de contabilidade, de forma especial neste período em que a contabilidade tornou-se peça fundamental no cenário econômico e social com sua responsabilidade destacada no novo código civil.

Segundo Audccon (2006, p. 1),

instituído em 2000, por meio de Resolução do CFC, o Exame de Suficiência para Bacharéis em Ciências Contábeis e técnico em contabilidade está suspenso desde março de 2005, por meio de decisão judicial. No período em que esteve em vigor, foi bem aceito por empresas que, na hora da contratação consideravam o desempenho dos profissionais na prova.[...] a aplicação do Exame de Suficiência estimula a constante atualização de profissionais e das instituições de ensino que oferecem cursos de Ciências Contábeis.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.301/2010 artigo nº 1 “o Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimento médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharel de Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade.”

O referido Exame tem o objetivo de identificar se os profissionais estão aptos ao exercício da profissão, avaliando se possuem conhecimentos suficientes para atender as exigências do mercado. Paralelo a isso, o exame procura ser instrumento para averiguar se as instituições de ensino cumprem seu papel de formar profissionais competentes e conscientes.

Com a implantação do Exame de Suficiência o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) tem como objetivo estimular as IES (Instituições de Ensino Superior) na aprimoração da qualidade do ensino.

Segundo Carneiro (2010, p. 8),

o exame vai exigir das instituições de Educação Superior (IES), de modo geral uma melhor qualificação do seu corpo docente, além de despertar nos futuros profissionais a necessidade e a responsabilidade de buscar um conhecimento mais aprofundado do que aquele que se encontra hoje em muitos cursos de Ciências Contábeis.

Com a aplicação dessa determinação legal a preocupação dos professores, coordenadores de cursos e diretores das instituições de ensino será maior em oferecer aos acadêmicos condições para alcançar o nível de conhecimento necessário para aprovação.

As provas do Exame de Suficiência são realizadas duas vezes ao ano em todo o território nacional, sendo uma edição a cada semestre, onde a data e hora serão definidas por edital, com antecedência de 90 dias da data de sua realização.

Conforme RBC (2010, p. 12), as provas serão elaboradas com questões objetivas, de múltipla escolha, mas poderão também ser incluídas questões para respostas dissertativas, a critério do CFC.

A Resolução CFC nº1.301/2010, estabelece que o Exame é composto de uma prova para os Técnicos em Contabilidade e uma para os Bacharéis em Ciências Contábeis, obedecendo a seguintes condições de conhecimento:

Técnico em Contabilidade:

Contabilidade Geral;
Contabilidade de Custos;
Noções de Direito;
Matemática Financeira;
Legislação e Ética Profissional;
Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
Língua Portuguesa.

Ciências Contábeis:

Contabilidade Geral;
Contabilidade de Custos;
Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
Contabilidade Gerencial;
Controladoria;
Teoria da Contabilidade;
Legislação e Ética Profissional;
Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
Auditoria Contábil;
Perícia Contábil;
Noções de Direito;
Matemática Financeira e Estatística;
Língua Portuguesa.

Deste modo para obter o registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) o candidato que prestar o exame terá que apresentar 50% (cinquenta por cento) de acerto nas questões do exame.

Segundo a Resolução CFC N.º 1.301/2010 art. 3º,

O Exame será aplicado 2 (duas) vezes ao ano, em todo o território nacional, sendo uma edição a cada semestre, em data e hora a serem fixadas em edital, por deliberação do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data da sua realização.

Da divulgação dos resultados a RBC (2010, p. 13) dispõe que, os gabaritos das questões objetivas das provas serão divulgadas nos *sites* do CFC/CRCs e da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), no prazo de 20 dias após a data das provas. A relação dos aprovados será publicada no Diário Oficial da União (DOU) em até 60 dias da data da realização do exame.

Conforme Resolução CFC nº 1.301/2010, no seu art.12, “ candidato terá prazo de até 2 anos, a contar da data da publicação do resultado oficial do Exame

no Diário Oficial da União (DOU), para requerer, no CRC, o Registro Profissional na categoria para qual foi aprovado.”

A Resolução CFC 1.301/2010 define em seu artigo 5º que deverá fazer o Exame de Suficiência para obter ou restabelecer seu registro:

- I- Bacharel em Ciências Contábeis e do Técnico em Contabilidade;
- II- portador de registro provisório vencido;
- III- profissional com registro baixado há mais de 2 (dois) anos; e
- IV- Técnico em Contabilidade em caso de alteração de categoria para Contador.

A primeira prova do Exame de Suficiência da edição de 2011 realizou-se em 27 de março de 2011, conforme divulgação realizada por meio do edital do Exame de Suficiência nº01/2010, previsto pela Resolução CFC 1.301/2010.

Em 26 de maio de 2011, foi publicado pelo CFC no DOU o resultado das provas da 1ª edição do Exame de Suficiência de 2011.

Para Burgim (2011, p. 1) “o índice de aprovação nas provas - 30,83% para bacharel em ciências contábeis e 24,93% para técnico em contabilidade - foi considerado baixo, fato que era previsto pelos membros da Comissão, mesmo sabendo que o nível das provas não era considerado difícil.”

O Estado de Santa Catarina obteve a aprovação 36,6% dos candidatos que realizaram a prova de contador e 36,36% na categoria de técnico em contabilidade, resultado considerado de destaque diante da média nacional, CRCSC (2011).

Como em todas as profissões, o profissional contábil tem que adquirir sempre mais conhecimento para acompanhar as mudanças. O Exame de Suficiência busca oferecer ao mercado profissionais cada vez mais capacitados, com isso a profissão ganhará mais respeito e mostrará sua importância no crescimento do país.

2.5 O Sistema ACAFE

Nesta seção apresenta-se informações sobre o histórico, a missão e a visão do sistema ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais e as Instituições de Ensino Superior – IES, que fazem parte desse sistema. As

informações apresentadas neste item foram obtidas por meio do *site* do sistema ACAFE.

A ACAFE foi constituída em 1974 pelos presidentes das fundações criadas por lei municipal e da fundação criada pelo Estado. Entidade sem fins lucrativos, com a missão de “Desenvolver o ensino, ciência, tecnologia e inovação pelo compartilhamento de ações e competências para assegurar o fortalecimento das IES associadas em prol da educação superior em Santa Catarina.”

Como visão o sistema ACAFE (2011, p.1) busca:

ser reconhecido nacional e internacionalmente como um sistema de Educação Superior integrado e sinérgico, capaz de produzir resultados para as IES – Instituições de Ensino Superior e para a sociedade na produção do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação.

A ACAFE foi criada para promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal.

Fazem parte do sistema ACAFE dezessete instituições de ensino, que será apresentado no quadro a seguir.

FURB	Universidade Regional de Blumenau
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNC	Universidade do Contestado
UNERJ	Centro Universitário de Jaraguá do Sul
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIARP	Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe
UNIBAVE	Centro Universitário Barriga Verde
UNIDAVI	Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
USJ	Centro Universitário Municipal de São José
IELUSC	Associação Educacional Luterana Bom Jesus

Quadro 1: Instituições de Ensino Superior Filiadas ao Sistema ACAFE.

Fonte: Adaptado *site* ACAFE (2011).

A ACAFE é regida por um Estatuto, no qual está definido a sua finalidade. O art. 4º incisos I ao X do Estatuto da Associação Catarinense das Fundações Educacionais trata da finalidade da mesma. Nos incisos I, II e III do referido artigo, destaca que as finalidades são:

I - congregar as fundações educacionais e as instituições de ensino superior por elas mantidas;

II - representar, quando para tal fim solicitada, as entidades filiadas junto a órgãos municipais, estaduais e federais ou perante terceiros, no País ou no exterior, inclusive entidades internacionais;

III - promover o intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as entidades filiadas, e entre elas e outras entidades, através de eventos como congressos, seminários e outros similares, bem como edição de publicações;

Deste modo a ACAFE representa as fundações e instituições de ensino a ela vinculadas, quando solicitadas perante órgãos no país ou mesmo no exterior.

A instituição promove intercâmbios por meio de congressos, seminários e outros eventos, auxilia as entidades filiadas na busca de soluções para problemas comuns na área do ensino, pesquisa e extensão é outra finalidade do sistema ACAFE. (Art. 4º, Inciso IV, Estatuto da ACAFE).

O inciso V, art. 4º, do Estatuto da ACAFE (2003, p. 01), destaca a seguinte finalidade:

realizar estudos e pesquisas com vistas à melhoria qualitativa do ensino superior, à plena utilização do potencial existente nas entidades filiadas, à satisfação das demandas no ensino, na pesquisa e extensão, e ao constante aprimoramento do desempenho institucional de cada entidade e do sistema de ensino superior fundacional que a integram.

Ainda no referido art. em seu inciso VI, a ACAFE tem como objetivo “cooperar com órgãos federais, estaduais e municipais e assessorar-lhes na formulação e implementação das políticas de ensino superior em Santa Catarina.”

Em seu Estatuto a ACAFE destaca nos incisos VII, VIII, IX E X, art. 4º as seguintes finalidades:

VII - elaborar programas conjuntos, executar projetos e realizar atividades de interesse comum, passíveis de ação unificada ou cooperativa;

VIII - promover a avaliação do sistema de ensino superior no Estado de Santa Catarina, coordenar e apoiar a avaliação do sistema fundacional e desenvolver estudos para a fixação de indicadores padronizados nas áreas de desenvolvimento institucional, desempenho gerencial e qualidade do ensino;

IX - promover o desenvolvimento de sistemas de informação e de redes de comunicação de dados e construir, manter e assegurar acesso a bancos de dados de interesse e uso comum no sistema fundacional.

X – prestar serviços a entes públicos ou privados, nos campos da educação, da administração, do planejamento, da elaboração de projetos, da seleção ou recrutamento de mão de obra e assemelhados.

A ACAFE é uma entidade que representa todas as instituições filiadas ao sistema, promove e executa projetos de interesse comum, coordena e avalia o sistema de ensino no Estado de Santa Catarina, possui competências para assegurar o fortalecimento das instituições de ensino superior.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, evidenciam-se os componentes avaliados no Exame de Suficiência nas seguintes provas: 1º e 2º semestre de 2004 e 1º semestre de 2011. A escolha desse período para análise justifica-se pelo motivo de que em 2004 foram realizadas as últimas edições do Exame de Suficiência, ficando este suspenso entre 2005 e 2010 por decisão judicial. Com a regulamentação da Resolução CFC nº 1.301/10 pela Lei 12.249/10, o Exame de Suficiência retorna com sua 1ª edição em 2011.

Em seguida, apresentam-se os conteúdos das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do Sistema ACADE. Por fim demonstrado-se a relação entre os conteúdos avaliados no Exame de Suficiência e as matrizes curriculares dos cursos em estudo.

3.1 Componentes Específicos Avaliados na Prova do Exame de Suficiência

Para melhor compreensão da metodologia utilizada neste trabalho, demonstra-se na seqüência o Quadro 2 que contempla o detalhamento dos conteúdos programáticos aplicáveis à prova de Bacharel em Ciências Contábeis, no Exame de Suficiência do 1º semestre de 2011, (ANEXO I).

Disciplina	Conteúdo
Contabilidade Geral	A Escrituração Contábil; Medidas preliminares a elaboração da Demonstrações Contábeis; A avaliação dos ativos e passivos; A elaboração das Demonstrações Contábeis; Consolidação das Demonstrações Contábeis; Combinação Negócios.
Contabilidade de Custos	Elementos conceituais; Classificação e nomenclatura dos custos; Controle e registro contábil de custos; Métodos de custeio; Sistemas de Acumulação de custos; Custos para controle.

Continua

Continuação

Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Estrutura Conceitual; Patrimônio Público; Plano de Contas; Demonstrações Contábeis; Gestão Fiscal.
Contabilidade Gerencial	Custos por Decisão; Custos para Controle; Análise das Demonstrações Contábeis.
Teoria da Contabilidade	A Contabilidade; As escolas ou doutrinas na história da Contabilidade; Evolução histórica da Contabilidade; Reconhecimento e mensuração; Os princípios de Contabilidade; Patrimônio Líquido e suas teorias; Características qualitativas da Demonstrações Contábeis.
Legislação e Ética Profissional	A ética geral e a ética profissional; A Legislação sobre ética profissional; Legislação profissional.
Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	Princípios de Contabilidade; Normas Brasileiras de Contabilidade; O Sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade; As Normas Técnicas, as Profissionais e as suas respectivas Interpretações Técnicas.
Auditoria Contábil	Conceitos; Aspectos Profissionais; Aspectos Técnicos, Doutrinário, Processual e Operacional; Legislação; Tipos de Perícia Contábil.
Perícia Contábil	Conceitos; Aspectos Profissionais; Aspectos Técnicos, Doutrinário, Processual e Operacional; Legislação; Tipos de Perícia Contábil.
Noções de Direito	Noções de Direito Público e Privado; Noções de Direito Trabalhista e Legislação Social; Noções de Direito Comercial e Legislação Societária; Noções de Direito e Legislação Tributária.
Matemática Financeira e Estatística	Distribuição de Freqüência; Descrição de Dados; Probabilidades; Regressão e Correlação; Números Índices; Teoria da Amostragem; Testes de Hipóteses; Juros Simples e Composto; Taxas nominal, proporcional efetiva e equivalente; Descontos; Séries de Pagamentos; Correção Monetária e Inflação; Sistema de Amortização; Análise de Investimento; Métodos de análise de investimentos.

continua

Conclusão

Língua Portuguesa	Conhecimento da Língua Portuguesa abordados no Ensino Fundamental; Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Médio; Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Controladoria	Contextualização; Planejamento e Orçamento Empresarial; Gestão e Controladoria; Avaliação de Desempenho; Sistema de Informações gerenciais.

Quadro 2: Conteúdos Avaliados no Exame de Suficiência

Adaptado de: Anexo I edital exame de suficiência nº01/2010

Com base nos conteúdos avaliados, apresenta-se a distribuição das questões avaliadas no Exame de Suficiência do 1º semestre de 2004, por conteúdo e respectivo percentual de participação nesta prova.

Tabela 1: Componentes Específicos Avaliados no Exame de Suficiência 1º 2004

Questões	Conteúdos	Nºde questões	Percentual
Nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10	Contabilidade Geral	10	20,00%
Nº 11,12,13,14	Contabilidade de Custos	4	8,00%
Nº 15,16,17,18	Contabilidade Pública	4	8,00%
Nº 19,20,21,22	Contabilidade Gerencial	4	8,00%
Nº 31,41,42	Teoria da Contabilidade	3	6,00%
Nº 38,39,40	Legislação e Ética Profissional	3	6,00%
Nº 32,33	Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;	2	4,00%
Nº 23,24,25,26	Auditoria Contábil	4	8,00%
Nº 27,28,29,30	Perícia Contábil	4	8,00%
Nº 34,35,36,37	Noções de Direito Público e Privado	4	8,00%
Nº 48,49,50	Matemática Financeira	3	6,00%
Nº 45,46,47	Português	3	6,00%
Nº 42,43	Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País	2	4,00%
Total de questões componentes específicos		50	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Dos conteúdos avaliados na prova do Exame de Suficiência do 1º semestre de 2004 observou-se que a Contabilidade Geral destaca-se por corresponder á 20% das questões da prova, sendo que este conteúdo abrange um número maior de perguntas, no total de 10 (dez) questões. Em seguida com 8% aparecem os conteúdos de: Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública,

Contabilidade Gerencial, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Noções de Direito Público e Privado, com 4 (quatro) questões por conteúdo da prova. Na seqüência os conteúdos de Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Matemática Financeira e Português correspondem a 6% da prova, contemplando 12 (doze) questões no total. Por último com 4% ficaram com os conteúdos de Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e Conhecimento Sociais, econômicos e políticos do País, que obtiveram menor representatividade apresentando 4 (quatro) questões nesta prova.

Na Tabela 2 pode-se observar a classificação das questões inerentes aos conteúdo específicos avaliados no Exame de Suficiência do 2º semestre de 2004 e seu respectivo percentual de participação.

Tabela 2: Componentes Específicos Avaliados no Exame de Suficiência 2º 2004

Questões	Conteúdos	Nºde questões	Percentual
Nº 14,15,16,17,18,19,20,21,22,27	Contabilidade Geral	10	20,00%
Nº 24,25,26	Contabilidade de Custos	3	6,00%
Nº 28,29,30,31,34	Contabilidade Pública	5	10,00%
Nº 44,45,46,47	Contabilidade Gerencial	4	8,00%
Nº 32,33,34	Teoria da Contabilidade	3	6,00%
Nº 11,12,13	Legislação e Ética Profissional	3	6,00%
Nº 6,7,8,23	Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;	4	8,00%
Nº 40,41,42,43	Auditoria Contábil	4	8,00%
Nº 36,37,38,39	Perícia Contábil	4	8,00%
Nº 9,10	Noções de Direito Público e Privado	2	4,00%
Nº 48,49,50	Matemática Financeira	3	6,00%
Nº 1,2,3	Português	3	6,00%
Nº 4,5	Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País	2	4,00%
Total de questões componentes específicos		50	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

No segundo semestre de 2004, os conteúdos de Contabilidade Geral permanecem ocupando um lugar destaque, com 20% do total de questões da prova. Com o montante de 10% das questões, a Contabilidade Pública aparece em segundo lugar. Em seguida destacam-se os conteúdos de Contabilidade Gerencial, Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil e Perícia Contábil com 8%, representados por 4 (quatro) questões

por conteúdo. Com 6% do total das questões desta prova, aparecem os conteúdos de Contabilidade de Custos, Teoria Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Matemática Financeira e Português. E para completar o total de questões com 4% estão os conteúdos de Noções de Direito Público e Privado e Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País.

A seguir apresenta-se a classificação das questões pertinentes aos conteúdos específicos avaliados no Exame de Suficiência no 1º semestre de 2011 e seu respectivo percentual de participação.

Tabela 3: Componentes Específicos Avaliados no Exame de Suficiência 1º 2011

Questões	Conteúdos	Nºde questões	Percentual
Nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12	Contabilidade Geral	12	24,00%
Nº 13,14,15,16,17,18,19,26	Contabilidade de Custos	8	16,00%
Nº 20,21	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	2	4,00%
Nº 22,23,25	Contabilidade Gerencial	3	6,00%
Nº 34,35,36	Teoria da Contabilidade	3	6,00%
Nº 37,38,39	Legislação e Ética Profissional	3	6,00%
Nº 40,41,42	Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;	3	6,00%
Nº 43,44,47	Auditoria Contábil	3	6,00%
Nº 45,46	Perícia Contábil	2	4,00%
Nº 27,28,29	Noções de Direito	3	6,00%
Nº 30,31,32,33	Matemática Financeira e Estatística	4	8,00%
Nº 48,49,50	Língua Portuguesa	3	6,00%
Nº 24	Controladoria	1	2,00%
Total de questões componentes específicos		50	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Em 2011 no primeiro semestre, obteve-se 24% das questões para o conteúdo de Contabilidade Geral. Identifica-se que 16% das questões relacionam-se com Contabilidade de Custos. Em terceiro lugar destaca-se o conteúdo de Matemática Financeira e Estatística englobando 8% das questões. Logo após com 6% das questões apresentam-se os conteúdos de Contabilidade Gerencial, Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Noções de Direito e Língua Portuguesa. Com 4% das questões ficam os conteúdos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Perícia Contábil. Observa-se que o conteúdo de Controladoria conteve 2% das questões.

Com base na Resolução CFC 1.301/10 vislumbra-se que em relação ao ano de 2004, houve alterações em alguns conteúdos, onde Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País, deixaram de ser exigidos e passou-se a exigir Conhecimentos de Controladoria. Destaca-se ainda que os conhecimentos de Estatística passaram a fazer parte dos conteúdos em conjunto com Matemática Financeira. Algumas nomenclaturas foram modificadas:

- ⇒ Contabilidade Pública para Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- ⇒ Noções de Direito Público e Privado para Noções de Direito;
- ⇒ Português para Língua Portuguesa.
- ⇒ Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade para Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

3.2 Conteúdos das Matrizes Curriculares das Universidades do Sistema ACAFE

A seguir demonstra-se as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do sistema ACAFE, relacionando os conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência, baseando-se nas matrizes curriculares publicadas por cada instituição e em alguns casos consultando-se as respectivas ementas.

Salienta-se que das dezessete Universidades que integram o sistema ACAFE, foi possível realizar a pesquisa com quinze delas. A UNIBAVE não compõe este estudo por trazer em sua matriz curricular somente as disciplinas e fases que as mesmas são ministradas, dados insuficientes para o estudo. A IELUSC não integrou a pesquisa por não apresentar o curso de Ciências Contábeis.

Para a elaboração deste estudo foram desconsideradas as horas de atividade de formação complementar, presentes nas Universidades.

3.2.1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Apresenta-se a matriz curricular do curso da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Do total da carga horária deste curso, os conteúdos avaliados no Exame de Suficiência equivalem a 57,78% e o restante, 42,22% está representado por conteúdos não exigidos pelo Exame de Suficiência. Na Tabela 4 evidencia-se os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso, conforme Tabela 04

Tabela 4: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNESC

Conteúdos	Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	H/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade Introdutória (1 e 2)	1,2	8	120	4,44%
	Contabilidade Intermediária (1 e 2)	3,4	8	120	4,44%
	Contabilidade Avançada (1 e 2)	5,6	8	120	4,44%
	Subtotal		24	360	13,33%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	4	4	60	2,22%
	Contabilidade e Análise de Custos	5	4	60	2,22%
	Subtotal		8	120	4,44%
CASP	Contabilidade Pública (1 e 2)	8,9	8	120	4,44%
	Subtotal		8	120	4,44%
Contabilidade Gerencial	Estrutura e Análise das Dem. Contábeis (1 e 2)	5,6	8	120	4,44%
	Contabilidade Gerencial	8	4	60	2,22%
	Subtotal		12	180	6,67%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	7	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Legislação e Ética Profissional	Ética e Legislação Profissional	4	2	30	1,11%
	Subtotal		2	30	1,11%
Auditoria Contábil	Auditoria Contábil	7	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Perícia Contábil	Perícia e Invest. Contábil, e Arbitragem	8	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Noções de Direito	Contabilidade e Instit. de Direito Público e Priv.	2	4	60	2,22%
	Contabilidade e Direito Empresarial	3	4	60	2,22%
	Contabilidade e Direito Tributário Aplicado	4	4	60	2,22%
	Contabilidade, Legislação Trab. e Previdenciária	4	4	60	2,22%
	Subtotal		16	240	8,89%

Continua

					Conclusão
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira	2	4	60	2,22%
	Análise Financeira de Investimento	3	4	60	2,22%
	Estatística Aplicada à Contabilidade	2	4	60	2,22%
	Contabilidade e Mercado de Capitais	4	2	30	1,11%
	Subtotal		14	210	7,78%
Controladoria	Contabilidade Orçamentária Empresarial	7	4	60	2,22%
	Contabilidade e Gov. Corporativa nas Empresas	6	4	60	2,22%
	Subtotal		8	120	4,44%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		104	1.560	57,78%
Não Exig. pelo ES	Metodologia Científica e da Pesquisa	1	4	60	2,22%
	Produção e Interpretação de Texto	1	4	60	2,22%
	Comportamento Organizacional	1	4	60	2,22%
	Matemática Aplicada à Contabilidade	1	4	60	2,22%
	Economia	2	4	60	2,22%
	Sociologia	3	4	60	2,22%
	Contabilidade, Meio Ambiente e Resp. Social	4	4	60	2,22%
	Contabilidade Tributária (1, 2 e 3)	5,6,7	12	180	6,67%
	Estágios (1, 2, 3, 4) - Práticas Contábeis	5,6,7,8	16	240	8,89%
	Estágio 5 - Elaboração de Projeto de TCC	8	4	60	2,22%
	Conteúdos Optativos (Simulação Empresarial)	9	4	60	2,22%
	Trabalho de Conclusão de Curso	9	12	180	6,67%
	Subtotal		76	1.140	42,22%
Total			180	2.700	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Neste curso a área de maior abrangência está reservada para o Conteúdo de Contabilidade Geral, representado por 13,33%. Seguido por Noções de Direito com 8,89%. O conteúdo de Matemática Financeira e Estatística contempla 7,78% do total de horas. Ressalta-se que o conteúdo de Legislação e Ética Profissional corresponde a 1,11% dos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência.

3.2.2 Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), do total de carga horária do curso, o conteúdo avaliado pelo Exame de Suficiência representa 66,67%, e dos conteúdos não exigidos pelo Exame de Suficiência esta representado por 33,33%. Na Tabela 5 demonstra-se os conteúdos programáticos exigidos pelo

Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, os respectivos percentuais de participação na carga horária deste curso.

Tabela 5: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNISUL

Conteúdos	Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	H/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I e II	1,2	8	120	4,76%
	Contabilidade Comercial I e II	3,4	8	120	4,76%
	Contabilidade Avançada I e II	5,6	8	120	4,76%
	Subtotal		24	360	14,29%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	5	4	60	2,38%
	Análise de Custos	6	4	60	2,38%
	Subtotal		8	120	4,76%
CASP	Contabilidade Pública I e II	5,6	8	120	4,76%
	Gestão Pública	8	4	60	2,38%
	Subtotal		12	180	7,14%
Contabilidade Gerencial	Gestão Estratégica I	3	4	60	2,38%
	Subtotal		4	60	2,38%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	4	4	60	2,38%
	Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	8	4	60	2,38%
	Subtotal		8	120	4,76%
Auditoria Contábil	Auditoria Contábil	7	4	60	2,38%
	Auditoria Operacional	8	4	60	2,38%
	Auditoria Governamental	7	4	60	2,38%
	Subtotal		12	180	7,14%
Perícia Contábil	Perícia Contábil, e Arbitragem	7	4	60	2,38%
	Subtotal		4	60	2,38%
Noções de Direito	Instituições de Direito Público e Privado	1	4	60	2,38%
	Direito Empresarial	2	4	60	2,38%
	Direito Tributário	5	4	60	2,38%
	Legislação Social	3	4	60	2,38%
	Subtotal		16	240	9,52%
Matem. Financ. E Estatística	Matemática Financeira	3	4	60	2,38%
	Análise de Investimento	4	4	60	2,38%
	Estatística I	2	4	60	2,38%
	Subtotal		12	180	7,14%
Controladoria	Orçamento Empresarial e Controladoria	7	4	60	2,38%
	Análise de Desempenho Empresarial I e II	5,6	8	120	4,76%
	Subtotal		12	180	7,14%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		112	1.680	66,67%
Não Exig. pelo ES	Tópicos de Matemática Elementar I	1	4	60	2,38%
	Análise Macroeconômica	1	4	60	2,38%
	Leitura e Produção Textual	1	4	60	2,38%
	Análise Microeconômica	2	4	60	2,38%
	Ciência da Pesquisa	2	4	60	2,38%
	Filosofia	3	4	60	2,38%

Continua

					Conclusão
Não Exig. pelo ES	Escritório Contábil I e II	4,8	16	240	9,52%
	Sociologia	4	4	60	2,38%
	Contabilidade Tributária I e II	6,7	8	120	4,76%
	Psicologia das Organizações	8	4	60	2,38%
	Subtotal		56	840	33,33%
Total			168	2.520	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se na Tabela 05 que as disciplinas relacionadas ao conteúdo de Contabilidade Geral expressam o maior percentual, 14,29% do total da carga horária. Na seqüência, encontram-se as disciplinas relacionadas ao conteúdo de Noções de Direito com 9,52% da carga horária. Os conteúdos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Auditoria Contábil e Matemática Financeira e Estatística equivalem individualmente a 7,14% do total da carga horária. Perícia Contábil e Contabilidade Gerencial representam cada uma 2,38% do total de carga horária. Nesta Universidade o conteúdo de Legislação e Ética Profissional não consta na sua matriz curricular do curso de Ciências Contábeis.

3.2.3 Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Na Universidade Regional de Blumenau (FURB), os conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência somam o total de 56,98% da carga horária, e 43,02% dos conteúdos apresentados, não são exigidos pelo Exame de Suficiência. Na Tabela 06 apresenta-se os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 6: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz do Curso de Ciências Contábeis da FURB

Conteúdos	Universidade Regional de Blumenau - FURB				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I,II e III	1	16	240	9,30%
	Contabilidade de Recursos Humanos	4	4	60	2,33%
	Contabilidade Avançada	7	4	60	2,33%
	Subtotal		24	360	13,95%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	3	4	60	2,33%
	Análise de Custos	4	4	60	2,33%
	Subtotal		8	120	4,65%
CASP	Contabilidade Pública	5	4	60	2,33%
	Subtotal		4	60	2,33%
Contabilidade Gerencial	Análise da Demonstrações Contábeis	5	4	60	2,33%
	Contabilidade Gerencial	6	4	60	2,33%
	Subtotal		8	120	4,65%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	5	4	60	2,33%
	Subtotal		4	60	2,33%
Auditoria Contábil	Auditoria	7	4	60	2,33%
	Subtotal		4	60	2,33%
Perícia Contábil	Perícia Contábil	8	2	30	1,16%
	Subtotal		2	30	1,16%
Noções de Direito	Instituição do Direito Público	1	2	30	1,16%
	Direito Trabalhista e Previdenciário	2	4	60	2,33%
	Direito Financeiro e Tributário	2	4	60	2,33%
	Direito Empresarial I	4	4	60	2,33%
	Subtotal		14	210	8,14%
Matemática Financeira e Estatística	Estatística	3	4	60	2,33%
	Matemática Financeira	4	4	60	2,33%
	Mercado de Capitais	6	2	30	1,16%
	Administração Financeira	6	4	60	2,33%
	Subtotal		14	210	8,14%
Controladoria	Sistemas Contábeis	5	4	60	2,33%
	Planejamento e Controle Orçamentário	6	4	60	2,33%
	Economia de Empresas - Business Games	7	4	60	2,33%
	Controladoria	7	4	60	2,33%
	Subtotal		16	240	9,30%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		98	1.470	56,98%
Não Exig. pelo no ES	Matemática	1	4	60	2,33%
	Universidade Ciência e Pesquisa	1	4	60	2,33%
	Produção de Texto	1	2	30	1,16%
	Educação Física - Prática Desportiva I e II	1,2	4	60	2,33%

Continua

					Conclusão
Não Exig. pelo no ES	Administração e Empreendedorismo	2	4	60	2,33%
	Microeconomia	2	4	60	2,33%
	Contabilidade Tributária	3	4	60	2,33%
	Macroeconomia	3	4	60	2,33%
	Estágio I,II,III e IV	3,4,5,6	8	120	4,65%
	Contabilidade e Procedimentos Fiscais	4	4	60	2,33%
	Desafios Contemporâneos	5	4	60	2,33%
	Disciplinas Optativas I,II,III,IV,V	6,7,8	20	300	11,63%
	Qualidade de Serviços Contábeis	6	2	30	1,16%
	Normas e Contabilidade Internacional	8	2	30	1,16%
	Disciplina Optativa EG	8	4	60	2,33%
		Subtotal		74	1.110
Total			172	2.580	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela 06, pode-se observar que o conteúdo de Contabilidade Geral possui maior destaque com 14,29% do total da carga horária. Controladoria representa 9,52%. E Noções de Direito e Matemática Financeira e Estatística representam individualmente 8,33% da carga horária. Destaca-se também Perícia Contábil com 1,19%. Salienta-se que nesta Universidade o Conteúdo de Legislação e Ética Profissional não consta na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis.

3.2.4 Universidade do Contestado (UnC)

Na Universidade do Contestado (UnC), 52,22% representam conteúdos avaliados pelo Exame de Suficiência e 47,78% representam conteúdos não exigidos pelo Exame de Suficiência. Apresenta-se na Tabela 07 os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 7: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UnC

Conteúdos	Universidade do Contestado- UnC				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I,II e III	1,2,3	12	180	6,67%
	Contabilidade Aplicada	4	4	60	2,22%
	Contabilidade Avançada	7	4	60	2,22%
	Subtotal		20	300	11,11%
Contabilidade de Custos	Gestão de Custos I e II	4,5	8	120	4,44%
	Subtotal		8	120	4,44%
CASP	Contabilidade Pública	4	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Contabilidade Gerencial	Análise das Demonstrações Contábeis I e II	4,5	8	120	4,44%
	Contabilidade Gerencial	6	4	60	2,22%
	Subtotal		12	180	6,67%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	3	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Legislação e Ética Profissional	Ética e Legislação Profissional	8	2	30	1,11%
	Subtotal		2	30	1,11%
Auditoria Contábil	Auditoria	7	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Perícia Contábil	Perícia Contábil	8	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Noções de Direito	Legislação Societária e Comercial	2	4	60	2,22%
	Legislação Social e Trabalhista	3	4	60	2,22%
	Legislação Tributária	4	4	60	2,22%
	Subtotal		12	180	6,67%
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira	2	4	60	2,22%
	Estatística	3	4	60	2,22%
	Finanças I e II	5,6	8	120	4,44%
	Subtotal		16	240	8,89%
Controladoria	Controladoria	7	4	60	2,22%
	Sistema de Informação Gerencial	7	4	60	2,22%
	Subtotal		8	120	4,44%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		94	1.410	52,22%
Não Exig. pelo ES	Teoria da Administração	1	4	60	2,22%
	Matemática	1	4	60	2,22%
	Metodologia Científica	1	2	30	1,11%
	História do Contestado	1	2	30	1,11%
	Economia	1	4	60	2,22%
	Português	2	4	60	2,22%
	Filosofia	2	4	60	2,22%
	Sociologia	3	4	60	2,22%
	Psicologia Organizacional	4	2	30	1,11%
	Contabilidade Tributária I e II	5,6	8	120	4,44%
	Laboratório I, II e III	5,6,7	12	180	6,67%
	Metodologia da Pesquisa	6	4	60	2,22%
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	7	12	180	6,67%
	Tópicos Especiais de Contabilidade	8	4	60	2,22%

Continua

					Conclusão
Não Exig. pelo ES	Contabilidade Internacional	8	4	60	2,22%
	Trabalho de Conclusão de Curso TCC	8	12	180	6,67%
	Subtotal		86	1.290	47,78%
Total			180	2.700	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme Tabela 07, a Contabilidade Geral se destaca com 11,11% do total da carga horária, seguido por Matemática Financeira e Estatística com 8,89%. Os conteúdos de Contabilidade Gerencial e Noções de Direito representam cada um 6,67% do total da carga horária. Vislumbra-se ainda que 1,11% do total da carga horária é destinada a disciplina de Legislação e Ética Profissional.

3.2.5 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), do total da carga horária do curso 59,76% são considerados conteúdos avaliados pelo Exame de Suficiência e 40,24% fica com os conteúdos considerados exigidos pelo Exame de Suficiência, conforme será apresentado na tabela 08.

Tabela 8: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UDESC

Conteúdos	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I,II e III	1,2,3	12	180	7,32%
	Contabilidade Comercial	5	4	60	2,44%
	Prática Contábil	5	2	30	1,22%
	Contabilidade de Empresas Diversas	6	4	60	2,44%
	Contabilidade Avançada	8	4	60	2,44%
	Subtotal			26	390
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	4	4	60	2,44%
	Análise de Custos	5	4	60	2,44%
	Subtotal			8	120
CASP	Contabilidade Pública	4	4	60	2,44%
	Subtotal			4	60

Continua

		Conclusão				
Contabilidade Gerencial	Estrutura e Análise de Dem. Contábeis	6	4	60	2,44%	
	Contabilidade Gerencial	7	4	60	2,44%	
	Administração Financeira	6	2	30	1,22%	
	Subtotal		10	150	6,10%	
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade I e II	1,7	4	60	2,44%	
	Subtotal		4	60	2,44%	
Legislação e Ética Profissional	Ética Profissional	6	2	30	1,22%	
	Subtotal		2	30	1,22%	
Auditoria Contábil	Auditoria	7	4	60	2,44%	
	Subtotal		4	60	2,44%	
Perícia Contábil	Perícia Contábil	7	4	60	2,44%	
	Subtotal		4	60	2,44%	
Noções de Direito	Instituições de Direito	2	4	60	2,44%	
	Direito Tributário	3	4	60	2,44%	
	Legislação Social Trabalhista e Previdenciária	3	2	30	1,22%	
	Direito Comercial	4	2	30	1,22%	
	Subtotal		12	180	7,32%	
Matemática Financeira e Estatística	Estatística	2	4	60	2,44%	
	Matemática Financeira I e II	2,3	8	120	4,88%	
	Mercado de Capitais	7	4	60	2,44%	
	Subtotal		16	240	9,76%	
Controladoria	Orçamento Empresarial	4	2	30	1,22%	
	Sistemas Contábeis	5	2	30	1,22%	
	Controladoria	8	4	60	2,44%	
	Subtotal		8	120	4,88%	
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		98	1.470	59,76%	
Não Exig. pelo ES	Administração	1	4	60	2,44%	
	Informática contábil	1	2	30	1,22%	
	Matemática	1	4	60	2,44%	
	Metodologia de Pesquisa Científica	1	2	30	1,22%	
	Português Instrumental	1	2	30	1,22%	
	Fundamentos de Economia	2	4	60	2,44%	
	Comportamento Organizacional	3	4	60	2,44%	
	Filosofia da Ciências	3	2	30	1,22%	
	Contabilidade Tributária I e II	4,5	8	120	4,88%	
	Prática Trabalhista e Previdenciária	4	4	60	2,44%	
	Pesquisa Operacional	5	4	60	2,44%	
	Metodologia de Trabalho de Conclusão	6	2	30	1,22%	
	Tópicos Especiais em Ciências Contábeis I e II	6,8	8	120	4,88%	
	Planejamento Tributário	6	2	30	1,22%	
	Sociologia Organizacional	7	2	30	1,22%	
	Empreendedorismo	8	4	60	2,44%	
	Jogos de Empresas	8	4	60	2,44%	
	Trabalho de Conclusão de Curso	8	4	60	2,44%	
		Subtotal		66	990	40,24%
	Total			164	2.460	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

O conteúdo de Contabilidade Geral é o de maior representatividade com 15,85% do total da carga horária. Na seqüência as disciplinas que compõem o conteúdo de Matemática Financeira e Estatística somam o total de 9,76% da carga horária, seguido por Noções de Direito com 7,32% e com 1,22% do total de horas esta Legislação e Ética Profissional.

3.2.6 Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ)

No Centro Universitário de Jaraguá do Sul (UNERJ), no total da carga horária disponível, 67,72% equivalem aos conteúdos avaliados pelo Exame de Suficiência e 32,28% correspondem a conteúdos que não são avaliados pelo Exame de Suficiência. Apresenta-se a seguir a Tabela 9 onde consta os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 9: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNERJ

Conteúdos	Centro Universitário de Jaraguá do Sul - UNERJ				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade Geral	1	5	75	3,16%
	Contabilidade Intermediária I e II	2,3	12	180	7,59%
	Contabilidade Avançada I e II	5,6	9	135	5,70%
	Subtotal		26	390	16,46%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	4	5	75	3,16%
	Subtotal		5	75	3,16%
CASP	Contabilidade Governamental	4	5	75	3,16%
	Subtotal		5	75	3,16%
Contabilidade Gerencial	Contabilidade Gerencial	5	4	60	2,53%
	Administração Financeira I	5	5	75	3,16%
	Análise das Demonstrações Financeiras	6	5	75	3,16%
	Subtotal		14	210	8,86%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	4	4	60	2,53%
	Subtotal		4	60	2,53%
Legislação e Ética Profissional	Filosofia e Ética	1	2	30	1,27%
	Ética Profissional	2	2	30	1,27%
	Subtotal		4	60	2,53%
Auditoria Contábil	Auditoria Contábil I e II	6,7	8	120	5,06%
	Subtotal		8	120	5,06%

Continua

		Conclusão			
Perícia Contábil	Perícia Contábil	7	4	60	2,53%
	Subtotal		4	60	2,53%
Noções de Direito	Direito Público e Privado	1	2	30	1,27%
	Direito Trabalhista e Legislação Previdenciária	2	5	75	3,16%
	Direito de Empresa	3	4	60	2,53%
	Legislação Tributária	4	4	60	2,53%
	Subtotal		15	225	9,49%
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira	2	5	75	3,16%
	Estatística	3	4	60	2,53%
	Subtotal		9	135	5,70%
Controladoria	Orçamento Empresarial	6	5	75	3,16%
	Controladoria	7	4	60	2,53%
	Planejamento Emp. e Organização Societária	7	8	120	5,06%
	Subtotal		17	255	10,76%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		107	1.605	67,72%
Não Exig. pelo ES	Teorias da Administração I	1	4	60	2,53%
	Matemática	1	4	60	2,53%
	Metodologia Científica	1	4	60	2,53%
	Comunicação e Expressão	2	4	60	2,53%
	Economia	3	4	60	2,53%
	Sociologia	3	4	60	2,53%
	Psicologia Organizacional	4	4	60	2,53%
	Contabilidade Tributária I e II	5,6	10	150	6,33%
	Contabilidade Setorial	5	4	60	2,53%
	Contabilidade Internacional	7	5	75	3,16%
	Disciplina Optativa	8	4	60	2,53%
	Subtotal		51	765	32,28%
Total			158	2.370	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Dos conteúdos avaliados pelo Exame de Suficiência, Contabilidade Geral tem uma participação expressiva correspondendo a 16,46% da carga horária disponível, Controladoria 10,76% e Noções de Direito 9,49%. Em seguida Teoria da Contabilidade/Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e Perícia Contábil participam individualmente com 2,53% do total da carga horária.

3.2.7 Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)

Na Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), a participação dos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência é de 61,15% e o restante, 38,86% esta representado pelos conteúdos não exigidos pelo Exame de Suficiência. Na Tabela 10 serão apresentados os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 10: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIDAVI

Conteúdos	Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I,II,III,IV Estrutura da Demonstrações Financeiras	1,2,3,5	16	240	8,29%
	Contabilidade Avançada	3	5	75	2,59%
	Subtotal	8	4	60	2,07%
			25	375	12,95%
Contabilidade de Custos	Custos	4	4	60	2,07%
	Contabilidade de Custos	5	4	60	2,07%
	Contabilidade Gerencial e Análise de Custos	6	5	75	2,59%
	Subtotal		13	195	6,74%
CASP	Contabilidade Pública I e II	5,6	8	120	4,15%
	Subtotal		8	120	4,15%
Contabilidade Gerencial	Análise e Interp. Das Demonstrações Contábeis	5	5	75	2,59%
	Administração Financeira	7	4	60	2,07%
	Subtotal		9	135	4,66%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade I e II	1,7	4	60	2,07%
	Subtotal		4	60	2,07%
Legislação e Ética Profissional	Ética e Responsabilidade Social	6	2	30	1,04%
	Subtotal		2	30	1,04%
Auditoria Contábil	Auditoria I e II	7,8	8	120	4,15%
	Subtotal		8	120	4,15%
Perícia Contábil	Perícia	7	4	60	2,07%
	Subtotal		4	60	2,07%
Noções de Direito	Direito Público e Privado	1	4	60	2,07%
	Legislação Social e Trabalhista	2	4	60	2,07%
	Contabilidade e Legislação Tributária I e II	3,4	9	135	4,66%
	Direito Empresarial	4	4	60	2,07%
	Aspectos Legais da Contabilidade	7	4	60	2,07%
	Subtotal		25	375	12,95%

Continua

					Conclusão
Matemática Financeira e Estatística	Estatística	4	4	60	2,07%
	Matemática Financeira	4	4	60	2,07%
	Mercado de Capitais	6	4	60	2,07%
	Subtotal		12	180	6,22%
Controladoria	Orçamento	6	4	60	2,07%
	Controladoria	8	4	60	2,07%
	Subtotal		8	120	4,15%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		114	1.770	61,14%
Não Exig. pelo ES	Metodologia do Trabalho Científico	1	2	30	1,04%
	Matemática Aplicada	1	4	60	2,07%
	Teoria da Administração	1	4	60	2,07%
	Economia	2	4	60	2,07%
	Sociologia	2	2	30	1,04%
	Práticas Contábeis - Laboratório	2,4,7	16	240	8,29%
	Comunicação Empresarial	2	2	30	1,04%
	Filosofia	2	2	30	1,04%
	Prática Trabalhista e Previdenciária	3	5	75	2,59%
	Redação Comercial	3	2	30	1,04%
	Empreendedorismo	3	2	30	1,04%
	Gestão Tributária	5	4	60	2,07%
	Marketing e Serviços	6	2	30	1,04%
	Projeto de Trabalho de Curso	7	2	30	1,04%
	Estágio Supervisionado E/ou TCC	8	22	330	11,40%
		Subtotal		75	1125
Total			189	2.895	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação aos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência, observa-se que as disciplinas que contemplam os conteúdos de Contabilidade Geral e Noções de Direito totalizam individualmente 12,95% da carga horária. Em seguida com 6,74% Contabilidade de Custos e a de menor abrangência é o conteúdo de Legislação e Ética Profissional.

3.2.8 Centro Universitário de Brusque (Unifebe)

No Centro Universitário de Brusque (Unifebe), 54,95% do total da carga horária disponível correspondem aos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência e 45,05% dos conteúdos são considerados não exigidos pelo Exame de Suficiência. Na Tabela 11 serão apresentados os conteúdos programáticos do Exame de

Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 11: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da Unifebe

Conteúdos	Centro Universitário de Brusque - Unifebe				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade Introdutória I e II	1,2	8	120	4,40%
	Contabilidade Aplicada	8	4	60	2,20%
	Contabilidade Intermediária	3	4	60	2,20%
	Contabilidade Superior	4	4	60	2,20%
	Subtotal		20	300	10,99%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	4	4	60	2,20%
	Análise de Custos	5	4	60	2,20%
	Subtotal		8	120	4,40%
CASP	Contabilidade Pública I e II	7,8	8	120	4,40%
	Subtotal		8	120	4,40%
Contabilidade Gerencial	Análise das Demonstrações Contábeis	5	4	60	2,20%
	Análise de Investimento	7	4	60	2,20%
	Subtotal		8	120	4,40%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	4	4	60	2,20%
	Subtotal		4	60	2,20%
Legislação e Ética Profissional	Ética	8	4	60	2,20%
	Subtotal		4	60	2,20%
Auditoria Contábil	Auditoria	7	2	30	1,10%
	Subtotal		2	30	1,10%
Perícia Contábil	Perícia	7	2	30	1,10%
	Subtotal		2	30	1,10%
Noções de Direito	Noções de Direito Público e Privado	1	4	60	2,20%
	Direito Comercial	3	4	60	2,20%
	Direito Tributário	4	4	60	2,20%
	Legislação Trabalhista e Social	2	4	60	2,20%
	Subtotal		16	240	8,79%
Matemática Financeira e Estatística	Administração Financeira	5	4	60	2,20%
	Estatística	3	4	60	2,20%
	Matemática Financeira	2	4	60	2,20%
	Mercado de Capitais	6	4	60	2,20%
	Subtotal		16	240	8,79%
Controladoria	Controladoria	6	4	60	2,20%
	Planejamento e Orçamento Empresarial	6	4	60	2,20%
	Sistema de Informação	7	4	60	2,20%
	Subtotal		12	180	6,59%
Subtotal	Cont. exigidos pelo ES		100	1.500	54,95%
Não Exig. pelo ES	Administração	1	4	60	2,20%
	Matemática	1	4	60	2,20%
	Metodologia Científica	1	2	30	1,10%

Continua

					Conclusão
Não Exig. pelo ES	Filosofia	2	2	30	1,10%
	Contabilidade Tributária I e II	5,6	8	120	4,40%
	Economia	3	4	60	2,20%
	Empreendedorismo	7	4	60	2,20%
	Laboratório Contábil I e II	5,6	8	120	4,40%
	Marketing	8	4	60	2,20%
	Metodologia do Trabalho Acadêmico	6	4	60	2,20%
	Leitura e Produção de Texto	2	4	60	2,20%
	Prática Contábil e RH	2	4	60	2,20%
	Psicologia	4	4	60	2,20%
	Sociologia	3	4	60	2,20%
	Tópicos Contemporâneo	8	4	60	2,20%
	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I e II	7,8	16	240	8,79%
	Responsabilidade Sócio - Ambiental	1	2	30	1,10%
	Subtotal		82	1.230	45,05%
Total			182	2.730	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Neste curso, o conteúdo de Contabilidade Geral representa 10,99% do total de carga horária. Na seqüência os conteúdos de Noções de Direito e Matemática Financeira e Estatística contemplam 8,79% e com menor participação estão os conteúdos de Auditoria Contábil e Perícia Contábil com 1,10% do total da carga horária.

3.2.9 Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

Na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), os conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência equivalem a 45,99% e 54,01% fazem parte dos conteúdos não exigidos pelo Exame de Suficiência. Destaca-se que, das Universidades em estudo, esta foi a que apresentou maior percentual de conteúdos não exigidos pelo Exame de Suficiência, conforme Tabela 12.

Tabela 12: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIPLAC

Conteúdos	Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I,II e III	1,2,3	12	180	6,42%
	Contabilidade Avançada	7	4	60	2,14%
	Subtotal		16	240	8,56%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos I e II	4,5	8	120	4,28%
	Análise de Custos	7	3	45	1,60%
	Subtotal		11	165	5,88%
CASP	Contabilidade e Orçamento Público	8	4	60	2,14%
	Subtotal		4	60	2,14%
Contabilidade Gerencial	Análise da Demonstrações Contábeis	5	3	45	1,60%
	Contabilidade Gerencial	8	2	30	1,07%
	Subtotal		5	75	2,67%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	7	4	60	2,14%
	Subtotal		4	60	2,14%
Legislação e Ética Profissional	Ética Profissional	7	1	15	0,53%
	Subtotal		1	15	0,53%
Auditoria Contábil	Auditoria Contábil	8	4	60	2,14%
	Subtotal		4	60	2,14%
Perícia Contábil	Perícia Contábil	8	2	30	1,07%
	Subtotal		2	30	1,07%
Noções de Direito	Legislação Trabalhista e Previdenciária	3	4	60	2,14%
	Direito Civil e Administrativo	5	4	60	2,14%
	Direito de Empresa	6	4	60	2,14%
	Legislação Tributária	1	4	60	2,14%
	Subtotal		16	240	8,56%
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira	2	4	60	2,14%
	Estatística	3	4	60	2,14%
	Matemática Financeira e Atuarial	4	4	60	2,14%
	Métodos Quantitativos	5	2	30	1,07%
	Subtotal		14	210	7,49%
Língua Portuguesa	Português	1	4	60	2,14%
	Subtotal		4	60	2,14%
Controladoria	Orçamento Empresarial	7	3	45	1,60%
	Controladoria	8	2	30	1,07%
	Subtotal		5	75	2,67%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		86	1.290	45,99%

Continuar

					Conclusão	
Não Exig. pelo ES	Contabilidade Fiscal I e II	1,3	8	120	4,28%	
	Marketing	1	2	30	1,07%	
	Metodologia Científica	1	2	30	1,07%	
	Comércio Exterior	2	2	30	1,07%	
	Contabilidade Informatizada	2	4	60	2,14%	
	Contabilidade Societária	2	4	60	2,14%	
	Qualidade em Serviços Contábeis	2	2	30	1,07%	
	Administração	3	4	60	2,14%	
	Contabilidade Empresarial	4	4	60	2,14%	
	Contabilidade Trabalhista	4	4	60	2,14%	
	Economia	4	4	60	2,14%	
	Contabilidade Tributária I e II	5,6	6	90	3,21%	
	Estágio Curricular Supervisionado-Fiscal	5	4	60	2,14%	
	Estágio Curricular Supervisionado-Trabalhista	5	2	30	1,07%	
	Métodos e Técnicas de Pesquisa	5	2	30	1,07%	
	Projeto de Estágio e TCC	5	1	15	0,53%	
	Administração Financeira	6	4	60	2,14%	
	Comportamento Humano nas Organizações	6	4	60	2,14%	
	Contabilidade Imobiliária	6	4	60	2,14%	
	Contratos e Outros Instrumentos	6	2	30	1,07%	
	Estágio Curricular Supervisionado-Tributária	6	4	60	2,14%	
	Contabilidade Agro-Negócios	7	3	45	1,60%	
	Elaboração de Projetos	7	2	30	1,07%	
	Estágio C. Supervisionado.-					
	Contabilidade Financeira	7	4	60	2,14%	
	Mercado de Capitais	8	2	30	1,07%	
	Planejamento Tributário	8	4	60	2,14%	
	Trabalho de Conclusão de Curso	8	13	195	6,95%	
	Subtotal		101	1515	54,01%	
	Total			187	2.805	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme tabela 12, dois conteúdos apresentam o mesmo percentual, Contabilidade Geral e Noções de Direito, com 8,56% cada um, seguido de Contabilidade de Custos com 5,88% do total da carga horária e Matemática Financeira e Estatística com 7,49%. E com menor representatividade esta o conteúdo de Legislação e Ética Profissional com 0,53% do total da carga horária.

3.2.10 Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

No curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Itajaí, os conteúdos avaliados pelo Exame de Suficiência correspondem a 60,00% e o restante de 40,00% é considerado como não avaliados pelo Exame de Suficiência. Demonstram-se os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso, conforme Tabela 13.

Tabela 13: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIVALI

Conteúdos	Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade Introdutória	1	8	120	4,44%
	Contabilidade Introdutória Aplicada	2	8	120	4,44%
	Contabilidade Intermediária	3	8	120	4,44%
	Contabilidade Avançada I e II	6,7	8	120	4,44%
	Subtotal		32	480	17,78%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	4	4	60	2,22%
	Gestão Estratégica de Custos	5	4	60	2,22%
	Subtotal		8	120	4,44%
CASP	Contabilidade Pública I e II	4,5	8	120	4,44%
	Subtotal		8	120	4,44%
Contabilidade Gerencial	Planejamento Tributário	5	4	60	2,22%
	Análise das Demonstrações Contábeis	7	4	60	2,22%
	Subtotal		8	120	4,44%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	5	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Legislação e Ética Profissional	Ética Profissional	4	2	30	1,11%
	Subtotal		2	30	1,11%
Auditoria Contábil	Auditoria I e II	6,7	8	120	4,44%
	Auditoria Operacional e de Sistemas	8	4	60	2,22%
	Subtotal		12	180	6,67%
Perícia Contábil	Perícia Contábil, Avaliação e Abordagem	6	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%

Continua

					Conclusão
Noções de Direito	Direito Empresarial	2	4	60	2,22%
	Direito Tributário	3	4	60	2,22%
	Subtotal		8	120	4,44%
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira I e II	1,2	8	120	4,44%
	Mercado de Capitais	5	2	30	1,11%
	Subtotal		10	150	5,56%
Controladoria	Orçamento Empresarial e Análise de Projetos	6	4	60	2,22%
	Sistemas de Informação Gerenciais	6	4	60	2,22%
	Controladoria Estratégica	8	4	60	2,22%
	Subtotal		12	180	6,67%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		108	1.620	60,00%
Não Exig. pelo ES	Comunicação Empresarial	1	4	60	2,22%
	Metodologia da Pesquisa	1	4	60	2,22%
	Administração para Contadores	2	4	60	2,22%
	Economia	2	2	30	1,11%
	Prática Soc., Trabalhista e Previdenciária I e II	3,4	8	120	4,44%
	Métodos Quantitativos Aplicado	3	4	60	2,22%
	Psicologia Organizacional	3	4	60	2,22%
	Administração Financeira	4	4	60	2,22%
	Contabilidade Fiscal e Tributária I e II	4,5	8	120	4,44%
	Empreendedorismo	6	4	60	2,22%
	Trabalho de Conclusão de Curso	7,8	20	300	11,11%
	Responsabilidade Social	7	2	30	1,11%
	Contabilidade Internacional	8	4	60	2,22%
	Subtotal		72	1.080	40,00%
Total			180	2.700	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

As disciplinas que estão relacionadas com o conteúdo de Contabilidade Geral representam o percentual expressivo de 17,78% do total da carga horária. Na seqüência, encontra-se os conteúdos de Auditoria Contábil e Controladoria com 6,67% da carga horária cada um. E com 5,56% esta Matemática Financeira e Estatística, com menor representatividade esta o conteúdo de Legislação e Ética Profissional com 1,11% do total da carga horária.

3.2.11 Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)

Na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), o total de carga horária esta da seguinte forma distribuída: 54,17% correspondem a conteúdos avaliados pelo Exame de Suficiência e 45,83% representam conteúdos não avaliados pelo Exame de Suficiência. Na Tabela 14 verifica-se os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 14: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIVILLE

Conteúdos	Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I, II	1,2	16	240	8,33%
	Contabilidade Avançada	4	4	60	2,08%
	Subtotal		20	300	10,42%
Contabilidade de Custos	Contabilidade e Análise de Custos I,II e III	2,3,4	12	180	6,25%
	Subtotal		12	180	6,25%
CASP	Contabilidade e Finanças Públicas	4	8	120	4,17%
	Subtotal		8	120	4,17%
Contabilidade Gerencial	Análise das Demonstrações Contábeis	3	4	60	2,08%
	Contabilidade Gerencial	3	8	120	4,17%
	Subtotal		12	180	6,25%
Legislação e Ética Profissional	Ética	3	4	60	2,08%
	Subtotal		4	60	2,08%
Auditoria Contábil	Auditoria I e II	3,4	8	120	4,17%
	Subtotal		8	120	4,17%
Perícia Contábil	Perícia Contábil	4	4	60	2,08%
	Subtotal		4	60	2,08%
Noções de Direito	Instituição de Direito	1	4	60	2,08%
	Direito Empresarial	2	4	60	2,08%
	Direito Social	2	4	60	2,08%
	Direito Tributário	3	4	60	2,08%
	Subtotal		16	240	8,33%
Matemática Financeira e Estatística	Estatística	2	4	60	2,08%
	Matemática Financeira	2	4	60	2,08%
	Mercado de Capitais(ELETIVA)	3	4	60	2,08%
	Subtotal		12	180	6,25%
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	1	4	60	2,08%
	Subtotal		4	60	2,08%
Controladoria	Administração Financeira e Orçamento Emp.	4	4	60	2,08%
	Controladoria(ELETIVA)	4	4	60	2,08%
	Subtotal		8	120	4,17%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		104	1.620	56,25%

Continua

					Conclusão
Não Exig. pelo ES	Administração	1	4	60	2,08%
	Contabilidade Fiscal	1	4	60	2,08%
	Economia	1	4	60	2,08%
	Matemática	1	4	60	2,08%
	Metodologia da Pesquisa	1	4	60	2,08%
	Sociologia	1	4	60	2,08%
	Laboratório Contábil I e II	2,3	8	120	4,17%
	Psicologia	2	4	60	2,08%
	Planejamento Tributário I e II	3,4	8	120	4,17%
	Orientação do Trabalho de Graduação	5	4	60	2,08%
	Trabalho de Graduação	5	32	480	16,67%
	Contabilidade de Empresas I	2	4	60	2,08%
	Subtotal		84	1.260	43,75%
Total			188	2.880	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os dados acima relacionados, observa-se que o conteúdo de Contabilidade Geral ocupa um lugar de destaque com 10,42% do total da carga horária. Seguido por Noções de Direito com 8,33%. E com 6,25% estão os conteúdos de Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial e Matemática Financeira e Estatística. Os conteúdos menos contemplados foram Legislação e Ética Profissional, Perícia Contábil e Língua Portuguesa correspondendo individualmente com 2,08% do total da carga horária. Destaca-se que nesta Universidade o conteúdo de Teoria da Contabilidade e Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade não foram encontrados na matriz curricular.

3.2.12 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

Na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), os conteúdos evidenciados pelo Exame de Suficiência representam 55,56% e os não evidenciados pelo Exame de Suficiência representam 44,44% do total da carga horária. Na seqüência demonstra-se os conteúdos programáticos exigidos pelo Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, os respectivos percentuais de participação na carga horária deste curso.

Tabela 15: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNOCHAPECÓ

Conteúdos	Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade Introdutória I e II	1,2	8	120	4,23%
	Contabilidade Aplicada I e II	3,4	8	120	4,23%
	Subtotal		16	240	8,47%
Contabilidade de Custos	Contabilidade e Análise de Custos I e II	4,5	8	120	4,23%
	Gestão Estratégica de Custos	7	4	60	2,12%
	Subtotal		12	180	6,35%
CASP	Contabilidade Pública	5	4	60	2,12%
	Subtotal		4	60	2,12%
Contabilidade Gerencial	Contabilidade Gerencial	6	4	60	2,12%
	Análise das Demonstrações Contábeis I e II	6,7	7	105	3,70%
	Gestão de Negócio	8	3	45	1,59%
	Subtotal		14	210	7,41%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	3	3	45	1,59%
	Subtotal		3	45	1,59%
Legislação e Ética Profissional	Ética Profissional e Cidadania	8	2	30	1,06%
	Subtotal		2	30	1,06%
Auditoria Contábil	Auditoria Contábil I e II	6,7	8	120	4,23%
	Subtotal		8	120	4,23%
Perícia Contábil	Perícia Contábil	6	3	45	1,59%
	Subtotal		3	45	1,59%
Noções de Direito	Instituição do Direito Público e Privado	2	4	60	2,12%
	Direito Previdenciário e Trabalhista	2	4	60	2,12%
	Direito Tributário I e II	3,4	6	90	3,17%
	Direito Empresarial I e II	5,6	6	90	3,17%
	Subtotal		20	300	10,58%
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira I e II	3,4	7	105	3,70%
	Estatística I e II	3,4	6	90	3,17%
	Sistema Financeiro	8	2	30	1,06%
	Subtotal		15	225	7,94%
Controladoria	Sistema de Informações Contábeis	7	3	45	1,59%
	Planejamento Estratégico e Orçamento Emp.	8	5	75	2,65%
	Subtotal		8	120	4,23%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		105	1.575	55,56%
Não Exig. pelo ES	Matemática I e II	1,2	7	105	3,70%
	Teoria Econômica	1	4	60	2,12%
	Sociologia	1	3	45	1,59%
	Português Instrumental	1	4	60	2,12%
	Metodologia Científica	1	3	45	1,59%
	Oficina I e II	1,7	2	30	1,06%
	Seminário I,II, III,IV,V,VI,VII e VIII	1,2,3,4,5,6,7,8	8	120	4,23%
	Teoria Geral da Administração	2	4	60	2,12%
	Realidade Econômica Social Brasileira	2	2	30	1,06%

Continua

					Conclusão
Não Exig. pelo ES	Pratica Contábeis	2	2	30	1,06%
	Contabilidade de Entidades não Industriais	3	2	30	1,06%
	Comportamento Organizacional	3	3	45	1,59%
	Estágio Supervisionado I,II	4,5	12	180	6,35%
	Contabilidade de Negócios Agro-Indústriais	5	4	60	2,12%
	Tópicos e Análise de Projetos	6	3	45	1,59%
	Metodologia da Pesquisa em Contabilidade	6	3	45	1,59%
	Trabalho de Conclusão de Curso	7,8	13	195	6,88%
	Jogos de Empresas	7	2	30	1,06%
	Tópicos Avançados de Contabilidade	8	3	45	1,59%
	Subtotal			84	1.260
Total			189	2.835	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Neste curso o conteúdo que destacou-se por representar 10,58% do total da carga horária foi Noções de Direito. As disciplinas que contemplam o conteúdo de Contabilidade Geral somam 8,47%, seguido por Matemática Financeira e Estatística com 7,94% do total da carga horária. Já o conteúdo de Legislação e Ética Profissional representa 1,06% do total.

3.2.13 Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), 61,29% da carga horária correspondem aos conteúdos avaliados no Exame de Suficiência e 38,71% correspondem aos conteúdos não avaliados pelo Exame de Suficiência. Na Tabela 16 será apresentado os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 16: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNOESC

Conteúdos	Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade Básica	1	4	60	2,15%
	Contabilidade Empresarial I,II,III	2,3,4	12	180	6,45%
	Contabilidade Avançada	5	4	60	2,15%
	Subtotal		20	300	10,75%
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos	4	4	60	2,15%
	Análise de Custos	5	4	60	2,15%
	Subtotal		8	120	4,30%
CASP	Contabilidade Pública I e II	4,5	6	90	3,23%
	Subtotal		6	90	3,23%
Contabilidade Gerencial	Análise e Demonstração Contábeis I e II	6,7	8	120	4,30%
	Contabilidade Gerencial	8	4	60	2,15%
	Elaboração e Análise de Projetos	9	4	60	2,15%
	Subtotal		16	240	8,60%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	4	4	60	2,15%
	Subtotal		4	60	2,15%
Legislação e Ética Profissional	Ética Profissional	9	2	30	1,08%
	Ética e Sociedade	1	2	30	1,08%
	Subtotal		4	60	2,15%
Auditoria Contábil	Auditoria Contábil I e II	7,8	8	120	4,30%
	Subtotal		8	120	4,30%
Perícia Contábil	Perícia, Avaliação e Arbitragem Contábil	9	4	60	2,15%
	Subtotal		4	60	2,15%
Noções de Direito	Direito Público e Privado	2	4	60	2,15%
	Direito Empresarial	3	4	60	2,15%
	Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias	3	4	60	2,15%
	Direito Tributário	4	4	60	2,15%
	Subtotal		16	240	8,60%
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira I e II	2,3	6	90	3,23%
	Estatística Aplicada	3	4	60	2,15%
	Noções de Mercado de Capitais	5	2	30	1,08%
	Finanças Empresariais	6	4	60	2,15%
	Subtotal		16	240	8,60%
Controladoria	Sistemas de Informações Contábeis	5	4	60	2,15%
	Planejamento e Controle Orçamentário	7	4	60	2,15%
	Controladoria	9	4	60	2,15%
	Subtotal		12	180	6,45%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		114	1710	61,29%
Não Exig. pelo ES	Metodologia Científica	1	2	30	1,08%
	Produção de Texto	1	4	60	2,15%
	Psicologia Organizacional	1	4	60	2,15%
	Matemática	1	4	60	2,15%
	Administração	2	4	60	2,15%
	Economia	2	4	60	2,15%
	Metodologia da Pesquisa	3	2	30	1,08%
	Práticas Contábeis I e II	3,5	4	60	2,15%
	Contabilidade Tributária	5	4	60	2,15%

Continua

					Conclusão
Não Exig. pelo ES	Contabilidade Agronegócios	6	4	60	2,15%
	Estágio Supervisionado I e II	6,7	16	240	8,60%
	Noções de Ciências Atuariais	8	2	30	1,08%
	Noções de Contabilidade Internacional	8	2	30	1,08%
	Empreendedorismo	8	4	60	2,15%
	Trabalho de Conclusão de Curso I e II	8,9	12	180	6,45%
	Subtotal		72	1080	38,71%
Total			186	2790	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Dos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência, 10,75% são representados pela Contabilidade Geral. Nota-se três conteúdos com o mesmo percentual, Contabilidade Gerencial, Noções de Direito e Matemática Financeira e Estatística apresentam individualmente 8,60%. Os conteúdos de Teoria da Contabilidade, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e Legislação e Ética Profissional representam 2,15% do total da carga horária.

3.2.14 Centro Universitário de São José (USJ)

No Centro Universitário de São José (USJ), os conteúdos relativos ao Exame de Suficiência representam o percentual de 51,16% do total da carga horária e 48,84% são considerados como não exigidos pelo Exame de Suficiência. Na tabela 18 serão evidenciados os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 17: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da USJ

Conteúdos	Centro Universitário de São José - USJ				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I,II,III	1,2,3	12	180	6,98%
	Contabilidade Governamental	6	4	60	2,33%
	Subtotal		16	240	9,30%
Contabilidade de Custos	Contabilidade e Análise de Custos I e II	4,5	8	120	4,65%
	Subtotal		8	120	4,65%
Contabilidade Gerencial	Análise das Demonstrações Contábeis	4	4	60	2,33%
	Administração Financeira e Orçamento	5	4	60	2,33%
	Gestão Estratégica de Negócios	5	4	60	2,33%
	Subtotal		12	180	6,98%
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	6	4	60	2,33%
	Subtotal		4	60	2,33%
Legislação e Ética Profissional	Ética e Legislação Profissional	7	4	60	2,33%
	Subtotal		4	60	2,33%
Auditoria Contábil	Auditoria	7	4	60	2,33%
	Subtotal		4	60	2,33%
Perícia Contábil	Perícia , Mediação e Arbitragem	8	4	60	2,33%
	Subtotal		4	60	2,33%
Noções de Direito	Instituição de Direito	2	4	60	2,33%
	Direito Empresarial	3	4	60	2,33%
	Direito do Trabalho e Previdenciário	4	4	60	2,33%
	Direito Tributário	5	4	60	2,33%
	Subtotal		16	240	9,30%
Matemática Financeira e Estatística	Estatística	2	4	60	2,33%
	Matemática Financeira	3	4	60	2,33%
	Administração Financeira	4	4	60	2,33%
	Subtotal		12	180	6,98%
Controladoria	Sistemas de Informação Gerencial	6	4	60	2,33%
	Controladoria	7	4	60	2,33%
	Subtotal		8	120	4,65%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		88	1.320	51,16%
Não Exig. pelo ES	Filosofia e Ética	1	2	30	1,16%
	Informática Aplicada	1	4	60	2,33%
	Métodos Quantitativos	1	4	60	2,33%
	Metodologia Científica	1	2	30	1,16%
	Teoria Geral da Administração I e II	1,2	8	120	4,65%
	Sociologia	2	4	60	2,33%
	Economia I e II	3,4	8	120	4,65%
	Psicologia Organizacional	3	4	60	2,33%
	Comunicação Empresarial	5	4	60	2,33%
	Contabilidade e Planejamento Tributário	6	4	60	2,33%
	Estágio I, II e III	6,7,8	20	300	11,63%
	Laboratório Contábil I e II	7,8	8	120	4,65%
	Tópicos Especiais I e II	7,8	8	120	4,65%
	Contabilidade Internacional	8	4	60	2,33%
Subtotal		84	1260	48,84%	
Total			172	2.580	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Diante dos dados apresentados na Tabela acima, observa-se que os conteúdos de Contabilidade Geral e Noções de Direito abrangem um percentual de 9,30% da carga horária. Seguido por Contabilidade Gerencial e Matemática Financeira e Estatística com 6,98%. Os conteúdos de Contabilidade de Custos e Controladoria representam de forma individual 4,65% do total da carga horária. E por fim Teoria da Contabilidade, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Auditoria Contábil e Perícia Contábil representam individualmente 2,33% da carga horária.

Neste Centro Universitário o Conteúdo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público não consta em sua matriz curricular do curso de Ciências Contábeis.

3.2.15 Universidade do Vale do Rio do Peixe (UNIARP)

A última Universidade a ser analisada é a Universidade do Vale do Rio do Peixe (UNIARP), do total de carga horária disponível 54,44% é destinado a conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência, e o restante, 45,56% há conteúdos que não são exigidos pelo Exame de Suficiência. Na Tabela 18 será apresentado os conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, as disciplinas de abrangência, o percentual de participação na carga horária deste curso.

Tabela 18: Conteúdos Contemplados pelo ES na Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UNIARP

Conteúdos	Universidade do Vale do Rio do Peixe - UNIARP				
	Disciplina	Fases	Nº Cred.	C/R	%
Contabilidade Geral	Contabilidade I,II e III	1,2,3	12	180	6,67%
	Contabilidade Aplicada	4	4	60	2,22%
	Contabilidade Avançada	7	4	60	2,22%
	Subtotal		20	300	11,11%
Contabilidade de Custos	Gestão de Custos I e II	4,5	8	120	4,44%
	Subtotal		8	120	4,44%
CASP	Contabilidade Pública	4	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Contabilidade Gerencial	Análise de Demonstrações Contábeis I e II	4,5	8	120	4,44%
	Contabilidade Gerencial	6	4	60	2,22%
	Subtotal		12	180	6,67%

Continua

					Conclusão
Teoria da Contabilidade/NBC	Teoria da Contabilidade	1	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Legislação e Ética Profissional	Ética e Legislação Profissional	8	2	30	1,11%
	Subtotal		2	30	1,11%
Auditoria Contábil	Auditoria	7	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Perícia Contábil	Perícia Contábil	8	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Noções de Direito	Legislação Societária e Comercial	2	4	60	2,22%
	Legislação Social e Trabalhista	3	4	60	2,22%
	Legislação Tributária	4	4	60	2,22%
	Subtotal		12	180	6,67%
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira	2	4	60	2,22%
	Estatística	3	4	60	2,22%
	Finanças I e II	5,6	8	120	4,44%
	Subtotal		16	240	8,89%
Língua Portuguesa	Português	2	4	60	2,22%
	Subtotal		4	60	2,22%
Controladoria	Controladoria	7	4	60	2,22%
	Sistema de Informação Gerencial	7	4	60	2,22%
	Subtotal		8	120	4,44%
Subtotal	Cont. Exigidos pelo ES		94	1.470	54,44%
Não Exig. pelo ES	Teoria da Administração	1	4	60	2,22%
	Matemática	1	4	60	2,22%
	Metodologia Científica	1	2	30	1,11%
	Economia	1	4	60	2,22%
	Filosofia	2	4	60	2,22%
	Sociologia	3	4	60	2,22%
	Psicologia Organizacional	3	4	60	2,22%
	Laboratório I,II e III	5,6,7	12	180	6,67%
	Metodologia da Pesquisa	6	4	60	2,22%
	Contabilidade Tributária I e II	5,6	8	120	4,44%
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	7	12	180	6,67%
	Tópicos Especiais	8	4	60	2,22%
	Contabilidade Internacional	8	4	60	2,22%
	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	8	12	180	6,67%
	Subtotal		82	1230	45,56%
Total			176	2.700	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora

O conteúdo de Contabilidade Geral destaca-se novamente por representar 11,11% do total da carga horária. Matemática Financeira e Estatística

apresentam um percentual de 8,89%. Na seqüência estão os conteúdos de Contabilidade Gerencial e Noções de Direito com 6,67%. E por fim o conteúdo de Legislação e Ética Profissional que representa 1,11% do total da carga horária.

3.2.16 Análise da Relação entre Conteúdos Exigidos x Matriz Curricular

Com base nas análises efetuadas nas matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do sistema ACADE, observa-se que as disciplinas que compõem o conteúdo de Contabilidade Geral são as que demonstraram maior participação na carga horária. Em seguida verificam-se os conteúdos relacionados a Noções de Direito, Matemática Financeira e Estatística e Contabilidade Gerencial. Apresentando um menor percentual de participação na carga horária na média geral dos cursos estão os conteúdos de: Controladoria, Contabilidade de Custos, Auditoria Contábil, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Teoria da Contabilidade, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Perícia Contábil, Legislação e Ética Profissional e Língua Portuguesa.

Constatou-se que das Universidades pesquisadas o conteúdo de Língua Portuguesa faz parte somente das matrizes curriculares da UNIPLAC, UNIVILLE e UNIARP. O conteúdo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público não foi identificado nas matrizes curriculares da USJ. A UNIVILLE não apresenta em sua matriz curricular o conteúdo de Teoria da Contabilidade e Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. Nas Universidades UNISUL e FURB o conteúdo de Legislação e Ética Profissional não consta na matriz curricular.

3.3 Exame de Suficiência X Matriz Curricular

Com o intuito de verificar se os conteúdos das matrizes curriculares dos cursos pesquisados atendem aos componentes específicos avaliados pelo Exame de Suficiência, elaborou-se a Tabela 19 na qual é possível comparar a participação

dos conteúdos disponibilizados pelas Universidades nas avaliações do Exame de Suficiência do ano de 2004 e 2011.

Tabela 19: Conteúdos Contemplados nas Matrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis e nas Provas do ES 2004 e 2011.

Conteúdos	ES 1º 2004	ES 2º 2004	ES 1º 2011	UNESC	UNISUL	FURB	UNC	UDESC	UNERJ	UNIDAVI	UNIFEPE	UNIPLAC	UNIVALI	UNIVILLE	UNOCHA-PECÓ	UNOESC	USJ	UNIARP	Média dos Cursos
Cib Geral	20,00%	20,00%	24,00%	13,33%	14,29%	13,95%	11,11%	15,85%	16,46%	12,95%	10,99%	8,56%	17,78%	10,42%	8,47%	10,75%	9,30%	11,11%	12,35%
Cib de Custos	8,00%	6,00%	16,00%	4,44%	4,76%	4,65%	4,44%	4,88%	3,09%	6,74%	4,40%	5,88%	4,44%	6,25%	6,35%	4,30%	4,65%	4,44%	4,91%
CASP	8,00%	10,00%	4,00%	4,44%	7,14%	2,33%	2,22%	2,44%	3,16%	4,15%	4,40%	2,14%	4,44%	4,17%	2,12%	3,23%	0,00%	2,22%	3,24%
Cib Gerencial	8,00%	8,00%	6,00%	6,67%	2,38%	4,65%	6,67%	6,10%	8,86%	4,66%	4,40%	2,67%	4,44%	6,25%	7,41%	8,60%	6,98%	6,67%	5,83%
Teoria da Contabilidade de/NBC	10,00%	14,00%	12,00%	2,22%	4,76%	2,33%	2,22%	2,44%	2,47%	2,07%	2,20%	2,14%	2,22%	0,00%	1,59%	2,15%	2,33%	2,22%	2,22%
Legislação e Ética Profissional	6,00%	6,00%	6,00%	1,11%	0,00%	0,00%	1,11%	1,22%	2,47%	1,04%	2,20%	0,53%	1,11%	2,08%	1,06%	2,15%	2,33%	1,11%	1,30%
Perícia Auditorial Contábil	8,00%	8,00%	6,00%	2,22%	7,14%	2,33%	2,22%	2,44%	4,94%	4,15%	1,10%	2,14%	6,67%	4,17%	4,23%	4,30%	2,33%	2,22%	3,51%
Perícia Contábil	8,00%	8,00%	4,00%	2,22%	2,38%	1,16%	2,22%	2,44%	2,47%	2,07%	1,10%	1,07%	2,22%	2,08%	1,59%	2,15%	2,33%	2,22%	1,84%
Noções de Direito	8,00%	4,00%	6,00%	8,89%	9,52%	8,14%	6,67%	7,32%	9,26%	12,95%	8,79%	8,56%	4,44%	8,33%	10,58%	8,60%	9,30%	6,67%	7,67%
Matem. Financ. E Estatística	6,00%	6,00%	8,00%	7,78%	7,14%	8,14%	8,89%	9,76%	5,70%	6,22%	8,79%	7,49%	5,56%	6,25%	7,94%	8,60%	6,98%	8,89%	7,19%
Língua Portuguesa	6,00%	6,00%	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,14%	0,00%	2,08%	0,00%	0,00%	0,00%	2,22%	0,43%
Conhec. Sociais, Econ. Polit.	4,00%	4,00%																	
Contro-ladoria			2,00%	4,44%	7,14%	9,30%	4,44%	4,88%	10,49%	4,15%	6,59%	2,67%	6,67%	4,17%	4,23%	6,45%	4,65%	4,44%	5,37%
Conteúdos Exig. no ES				57,78%	66,67%	56,98%	52,22%	59,76%	67,72%	61,14%	54,95%	45,99%	60,00%	56,25%	55,56%	61,29%	51,16%	54,44%	60,05%
Conteúdos não Exig. no ES				42,22%	33,33%	43,02%	47,78%	40,24%	32,28%	38,86%	45,05%	54,01%	40,00%	43,75%	44,44%	38,71%	48,84%	45,56%	39,95%

Fonte:Elaborado pela autora

Com base nos dados da tabela 19, é possível observar que as disciplinas que contemplam o conteúdo de Contabilidade Geral representam o maior percentual de participação tanto nas provas do Exame de Suficiência como nas matrizes curriculares dos cursos em estudo. Nas avaliações realizadas em 2004 e 1º semestre de 2011 este conteúdo correspondeu a uma média de 21,33% das questões inerentes aos componentes específicos. Com relação as matrizes curriculares, a UNIVALI é a Universidade que mais destina horas em sua carga horária a este conteúdo, representando 17,78%.

No conteúdo de Contabilidade de Custos a participação nas provas do Exame de Suficiência, no ano de 2004 e no 1º semestre de 2011 representou uma média de 10,00%, nos cursos pesquisados a representatividade média apresentada equivale a 4,91%, representando menos da metade da carga horária exigida pelo Exame de Suficiência.

As disciplinas que compõem o conteúdo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público representaram em 2004 e 1º semestre de 2011 média de 7,33% de participação nas provas do Exame de Suficiência. Nas Universidades em estudo a média geral representa 3,24% do total da carga horária dos conteúdos aplicáveis ao Exame de Suficiência. A UNISUL destaca-se por destinar de sua carga horária para este conteúdo 7,14%. Em contra partida as Universidades UNERJ e USJ não contemplam tal disciplina em suas matrizes curriculares.

Em Contabilidade Gerencial a média de participação nas provas em 2004 e 1º semestre de 2011 representam 7,33%, enquanto que a média total dos cursos representa 5,83% do total da carga horária. Salienta-se que das quinze instituições em estudo oito delas destinam mais de 6,00% do total da carga horária para este conteúdo.

Conforme pesquisa realizada nas Universidades, as mesmas não apresentam em suas matrizes curriculares o conteúdo de Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. Deste modo, realizou-se o agrupamento destes conhecimentos ao conteúdo de Teoria da Contabilidade, justificando o percentual demonstrado na Tabela 19 de participação nas provas do Exame de Suficiência. A soma dos respectivos conteúdos representam a média de 12,00% de participação nas provas, enquanto que a média geral dos cursos é representada por 2,22%.

O conteúdo de Legislação e Ética Profissional manteve seu percentual de participação nas provas sem alteração, com 6,00%. Porém, a média geral foi de 1,30% do total da carga horária das entidades pesquisadas. A USJ é a instituição que apresenta o maior percentual de carga horária destinada a este conteúdo com 2,33%. Salienta-se que os cursos das Universidades UNISUL e FURB não contemplam tal disciplina em suas matrizes curriculares.

Auditoria Contábil apresenta um percentual médio de participação de 3,51% dos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência. Sua maior representatividade está na UNISUL, que corresponde a 7,14%, ficando muito

próximo da média de participação deste conteúdo nas provas de 2004 e 1º semestre de 2011 que foi de 7,33%.

Na média geral dos cursos, os conteúdos de Perícia Contábil apresentam, nas Universidades um percentual de 1,84% índice baixo, considerando-se que a média de participação nas provas em 2004 e 1º semestre de 2011 foi de 6,67%.

O conteúdo de Noções de Direito apresentou em seus cursos média geral de 7,67%, média superior a participação das provas que foi de 6,00%. Destaca-se que com exceção da UNIVALI as demais Universidades destinam a este conteúdo carga horária superior a 6,00%.

Matemática Financeira e Estatística em 2004 e 1º semestre de 2011 apresentam média de 6,67% de participação nas provas do Exame de Suficiência. A média geral entre os cursos ficou em 7,67%, média superior a exigência do Exame de Suficiência. Destaque para a UDESC que destina de sua carga horária para este conteúdo 9,76%.

No conteúdo de Língua Portuguesa a média de participação nas provas em 2004 e 1º semestre de 2011 foi de 6,00%. Já a média geral dos cursos ficou em 0,43%. Salienta-se que, somente na UNIPLAC, UNIVILLE e UNIARP foi possível identificar o conteúdo de Língua Portuguesa, justificando assim o baixo percentual de participação dos cursos.

Nas edições de 2004 do Exame de Suficiência, o conteúdo de Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do país faziam parte dos conteúdos avaliados pelo ES. Porém, na 1º edição de 2011 este conteúdo deixou de fazer parte do rol de conhecimentos avaliados. Em contra partida o conteúdo de Controladoria que não era exigido anteriormente agora faz parte dos conteúdos avaliados pelo ES. A participação do conteúdo de Controladoria na prova do 1º semestre de 2011 foi de 2,00%, e a média geral entre os cursos foi de 5,45%.

Do total geral dos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência das Universidades em estudo, a UNIPLAC apresenta o menor percentual em relação os conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência, 45,99% e para os conteúdos não exigidos pelo Exame de Suficiência destina de sua carga horária 54,01%.

Vale destacar que a UNISUL, UDESC, UNERJ, UNIDAVI, UNIVALI e UNOESC destinam de suas matrizes curriculares tempo superior a 60,00% para os conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência.

As instituições do nosso Estado estão entre as melhores do país, como demonstrou o resultado do 1º Exame de Suficiência de 2011. Porém, o baixo índice nacional de aprovação, forçará as Instituições de Ensino Superior a investirem ainda mais na melhoria de seus cursos, para dar condições para que os alunos alcancem um nível de conhecimento necessário à aprovação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da área contábil exercem uma função fundamental dentro das organizações, com isso devem estar conscientes de suas responsabilidades e obrigações perante a empresa e a sociedade. A busca de novos conhecimentos é uma maneira de manter-se no mercado de trabalho e de tornar-se preparado para assumir novos desafios.

Agir com ética é um grande desafio, ela está ligada a opção, ao desejo de manter relações justas e aceitáveis. Portanto, cabe aos profissionais possuir um comportamento social adequado a exigência que a sociedade lhe faz, não permitindo deixar-se influenciar por atitudes que possam prejudicar sua carreira profissional.

A profissão contábil está dividida em duas categorias profissionais, contador e técnico em contabilidade, cada uma exerce a profissão conforme as atribuições legais. O exercício da profissão contábil é regulamentado por Lei, para exercer a profissão, é necessário o devido registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

As Universidades são consideradas responsáveis pela transmissão do conhecimento, de disponibilizar ferramentas que desenvolvam as habilidades dos alunos, preparando-os para um ambiente de constante evolução.

Neste contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), preocupado com a sólida formação dos profissionais da Contabilidade, após a publicação da Lei 12.249/10 retornou a realizar o Exame de Suficiência, destinado a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoantes os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharel de Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade, e constitui condição para o registro profissional.

Diante disso, realizou-se este trabalho que teve como objetivo verificar se os conteúdos das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do sistema ACADE atendem aos componentes específicos avaliados no Exame de Suficiência. Verificou-se que para os cursos de Ciências Contábeis nas três avaliações realizadas pelo Exame de Suficiência, no 1º e 2º semestre de 2004 e no 1º semestre de 2011 contemplaram principalmente os conteúdos de Contabilidade Geral que representaram uma média de 21,33%, dos componentes

específicos do Exame de Suficiência. Seguido por Contabilidade de Custos, que em 2004 e no 1º semestre de 2011 representa uma média de 10,00%. Na seqüência estão as disciplinas que compõem os conteúdos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Gerencial e Auditoria Contábil.

Constatou-se, também que nas matrizes curriculares dos cursos em estudo os conteúdos de Contabilidade Geral são os mais representativos, correspondendo a um percentual médio de 12,35% da carga horária dos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência, seguido pelo conteúdo de Noções de Direito com 7,67% na média dos cursos e Matemática Financeira e Estatística com 7,47%.

Desta forma, entende-se que os conteúdos das matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do sistema ACADE, em parte, são aderentes aos componentes específicos avaliados pelo Exame de Suficiência. Porém, verificou-se que o Exame de Suficiência enfatiza os conteúdos de Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Gerencial e Auditoria Contábil, enquanto que nas matrizes curriculares dos cursos pesquisados os conteúdos com maior representatividade são Contabilidade Geral, Noções de Direito, Matemática Financeira e Estatística e Contabilidade Gerencial.

A falta de consonância entre os conteúdos avaliados pelo Exame de Suficiência e os conteúdos das matrizes curriculares dos cursos analisados, está refletida no resultado das provas da 1ª edição do Exame de Suficiência de 2011. Que teve um índice de aprovação de 30,83% para Bacharéis em Ciências Contábeis.

Diante dos resultados encontrados, acredita-se que as Instituições de Ensino Superior serão forçadas a rever os conteúdos trabalhados nos cursos de graduação para garantir aos alunos condições para que alcancem um nível de conhecimento necessário á aprovação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Lucia Pacheco de. **Como elaborar monografias**. 4. ed. ver. e atual. Belém: Cejup, 1996.

ANDRADE, Maira Margarida de. **Introdução á metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRITO, Ferreira Regina de; VENDRAMINI, Medeiros Maria Claudete; PRIMI, Ricardo: **Relatório do Exames de Suficiência Nacional de Desempenho dos Estudantes**, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Contabilistas Ativos por Gênero e Região**. Disponível em :

<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>

Acesso em 07/03/2011 às 22:50

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DISTRITO FEDERAL- CRC-DF. **Serviços/Registro Profissional**. Outubro de 2010.

Disponível em :

<http://www.crcdf.org.br/>

Acesso em 20/03/2011 às 09:09

DAL VESCO, Grapeggia Delci. **O Ensino da Contabilidade no Brasil**.

Disponível em:

<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/890/526>

Acesso em: 15/10/2010 às 18:45

_____. Decreto Lei 9.295, de 27 de Maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 27 de Maio de 1946.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del9295.htm>

Acesso: 08/03/ 2011 às 20:40

ESTATUTO DA ACAFE

Disponível em

<http://www.acao.org.br/new/conteudo/institucional/estatuto.pdf>

acesso em 27/04/2011 as 20:45

FAHL, Cristina Alessandra, MANHANI, Souza de Pereira Lourdes. **As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade.**

Disponível em:

<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rcger/article/viewFile/62/60>

Acesso em 01/04/2011 as 20:30

FORMAÇÃO contábil, **AUDCCON Serviços Contábeis- Auditoria e Contabilidade**, São Paulo, 25 de abril 2006.

Disponível em:

<http://www.audccon.com.br/noticia.asp?id=282&ids=28>.

Acesso em: 18/10/2010 às 21:50.

FORTES, José Carlos. **Manual do Contabilista: uma abordagem teórico-prática da profissão contábil.** São Paulo: Saraiva, 2005. 305p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Disponível em:

http://www.inep.gov.br/superior/enade/enade_oquee.htm.

Acesso em: 18/10/2010 20:30.

LAFFIN, Marcos. **De Contador a Professor: A trajetória da docência no ensino superior de contabilidade.** Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

_____. Lei nº 12249/10, de 11 de junho de 2010. Torna obrigatório a realização do exame de suficiência, para obtenção de registro profissional para os bacharelados em ciências contábeis. Brasília. Capítulo VI. Seção V.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 174 p.

LOPES, André Charone Tavares. **A Ascensão e queda do exame de suficiência do CFC.** 2005.

Disponível em:

<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-ascensao-e-queda-do-exame-de-suficiencia-do-cfc>.

Acesso em: Abril de 2010

MARION, José Carlos, DOS SANTOS, Márcia Carvalho. Os **Dois Lados de Uma Profissão**, Revista Acadêmica Augusto Guzzo, n. 2, Maio/2001.

MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **História do pensamento contábil: Com ênfase na história da contabilidade brasileira.** 4ª tir. Curitiba: Juruá, 2009

MASETTO, Tarciso Marcos. **Competência Pedagógica do Professor Universitário.** São Paulo: Summus, 2003.

MOURA, Herval Silva; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Retrospectiva histórica do ensino superior de contabilidade no Brasil.**

Disponível em:

<http://www.nossocontador.com/Artigos/29.pdf>.

Acesso em: Outubro 2010.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional.** 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 526 p.

NUNES, Antonio Carlos. A contabilidade , os avanços tecnológicos e a educação profissional continuada. **Pensar Contábil.** Rio de Janeiro, ano VIII. 2006.

OTT, Ernani; PIRES, Charline Barbosa. **Estrutura curricular do curso de ciências contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais.**

Disponível em:

<https://www.furb.br/especiais/download/714416-763114/CCG0262008.pdf>.

Acesso em: Setembro 2010.

_____. Parecer nº CES/CNE 0146/2002, de 03 de Abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, dança, Teatro e Design. Diário Oficial da União, Brasília.

RAMOS, Paulo. **Os pilares para educação e avaliação.** 2. ed. Blumenau: Odirizzi, 2004.

_____. RESOLUÇÃO CFC Nº 945 de 27 de Setembro de 2002. Dispõe sobre Normas para a Educação Profissional Continuada.

Disponível em:

http://www.crc.org.br/legislacao/normas_tec/pdf/normas_tec_rescfc0945_2002.pdf

Acesso em: 21/03/2011 as 16:30

_____.RESOLUÇÃO CFC Nº 1.167 de 27 de Maio de 2009. Dispõe sobre o Registro Profissional dos Contabilista.

Disponível em:

<http://www.crcba.org.br/registro/arquivos/res1167-profissionais.pdf>

Acesso em:21/03/2011 as 15:05

_____.RESOLUÇÃO CFC Nº 1.301 de 17de Setembro de 2010. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Disponível em:

http://www.cfc.org.br/uparg/Res_1301-2010.pdf

Acesso em: 25/05/2011 18:30

Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. **Profissional Contábil : Educação Continuada x Suspensão do Exame de Suficiência.**

Disponível em:

http://www.crcpr.org.br/publicacoes/downloads/revista142/profissao_contabil.htm

Acesso em 28/04/2011 às 19:53

RIBERIO, Geraldo Luiz Vieira. **História da profissão contábil.** Portal da Classe Contábil. Mai. 2007, seção artigo.

Disponível em:

<http://classecontabil.uol.com.br/artigos/ver/1127>

Acesso em: 07 de março de 2011 as 12:04

ROSELLA, Maria Helena *et al.* O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (org.). **Didática do Ensino da Contabilidade:** aplicável a outros Cursos Superiores. : Saraiva,2006.

SILVA, Affonso. **O Contabilista.**

Disponível em:

<http://www.escomed.com.br/downloads/Artigo%20O%20Contabilista.pdf>

Acesso em:16 de abril 2011.

VASCONCELOS, S. **Avaliação: Concepção Dialética libertadora do processo de avaliação escolar.** São Paulo, Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 3 Libertad 1994.

VIEIRA, Maria das Graças. **A ética na profissão contábil.** São Paulo: Thomson, 2006. 124 p.

ZANLUCA, Júlio César. **CONTABILISTA – PROFISSÃO DO PRESENTE E DO FUTURO!**

Disponível em:

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/profissaocontabil.htm>

Acesso em 07/03/2011 as 15:18

ANEXO

ANEXO I

DETALHAMENTO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO APLICÁVEL À PROVA DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (1ª EDIÇÃO – I/2011 – EDITAL EXAME DE SUFICIÊNCIA N.º 01/2010))

1. CONTABILIDADE GERAL

a) A Escrituração Contábil: As contas patrimoniais, de resultado e de compensação, os registros das operações e suas retificações, aplicadas a qualquer tipo de empresa, independente da sua natureza ou porte. As variações patrimoniais. Os livros contábeis. A equação patrimonial básica. O regime de caixa e o de competência.

b) Medidas preliminares à elaboração das Demonstrações Contábeis: O balancete de verificação. As conciliações e retificações de saldos de contas. As provisões e os diferimentos. O inventário de mercadorias e de materiais.

c) A avaliação dos ativos e passivos: Custo histórico. Custo Corrente. Valor realizável. Valor presente. Valor justo. Valor recuperável de ativos. Atualização monetária. A avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As empresas coligadas e controladas.

d) Reconhecimento de Receitas e Despesas.

e) A elaboração das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração do Resultado Abrangente Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

f) Consolidação das Demonstrações Contábeis.

g) Combinação Negócios.

2. CONTABILIDADE DE CUSTOS

a) Elementos conceituais. Interrelacionamento da Contabilidade de Custos com a Contabilidade Financeira e com a Contabilidade Gerencial. Objetivo, importância e finalidade da Contabilidade de Custos. Conceito de custos, despesas, investimento e gastos. Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos.

b) Classificação e nomenclatura dos custos: Custos fixos e custos variáveis, custos diretos e indiretos, custos controláveis e não-controláveis. Objeto de custeio.

c) Controle e registro contábil de custos: Apuração do Custo dos Produtos, Mercadorias ou Serviços Vendidos. Custos com mão-de-obra direta e indireta. Alocação dos custos com mão-de-obra. Custos com Materiais Diretos e Indiretos. Alocação dos custos com matéria-prima, material secundário e material de

embalagem. Métodos de controle de estoques de materiais. Custos indiretos de fabricação e seus critérios de rateio. Departamentalização. Centros de Custos.

d) Métodos de custeio: Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio Baseado em Atividades (ABC) e Custeio Pleno (RKW). Custo por Produto, Custo por Processo, Custo por Atividade.

e) Sistemas de Acumulação de Custos: Acumulação de custos por ordem de produção ou encomendas. Acumulação de custos por processo. Custo dos Produtos Acabados. Custos dos produtos em elaboração. Equivalente de produção. Custos Conjuntos. Apropriação dos custos conjuntos aos co-produtos e subprodutos.

f) Custos para controle: Custos reais (históricos), estimados e projetados. Custo Padrão. Componentes do custo padrão (padrões físicos e padrões financeiros). Análise das variações de custo padrão.

3. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

a) Estrutura Conceitual: Conceito. Finalidades. Atividades. Organização. Função social. Princípios Contábeis. Normas Brasileiras de Contabilidade. Interpretação da legislação básica.

b) Patrimônio Público: Conceito, Classificação e grupos. Orçamento, conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, Dívida Ativa.

c) Plano de Contas: Conceito, estrutura e contas do ativo, passivo, variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, resultado e controles do Planejamento e Orçamento.

d) Demonstrações Contábeis: Conceitos, aspectos legais, forma de apresentação, elaboração e análise. Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico e Notas Explicativas.

e) Gestão Fiscal: Lei de Responsabilidade Fiscal – Conceitos e Noções. Crimes Fiscais.

4. CONTABILIDADE GERENCIAL

a) Custos para Decisão: Comportamento dos custos e volume de produção. Margem de contribuição. Margem de contribuição e fator de limitação. Margem de contribuição e custos fixos identificados. Ponto de Equilíbrio contábil, econômico e financeiro. Margem de segurança. Alavancagem operacional. Fixação do preço de venda. Decisões entre comprar ou fabricar. Custo de oportunidade. Custos perdidos. Custos imputados. Análise do Custo Diferencial. Análise dos Custos de Distribuição. Sistema de custeio baseado em atividades e sua análise.

b) Custos para Controle: Custos Estimados. Custo Padrão. Análise das variações custo padrão x real.

c) Análise das demonstrações contábeis: Análise vertical e horizontal. Índices de Liquidez. Índices de Endividamento. Índices de rentabilidade. Prazos médios de renovação de estoques, recebimento de vendas e pagamento de compras. Ciclo operacional e financeiro. Análise do capital de giro.

5. CONTROLADORIA

a) Contextualização: Função da Controladoria. Ambiente. Função do *Controller*.

b) Planejamento e Orçamento Empresarial: Planejamento estratégico, tático, operacional. Orçamentos de Vendas, de Produção, de Despesas Operacionais e de Caixa. Controle Orçamentário.

c) Gestão e a controladoria: Processo decisório. Plano Estratégico. Sistema de Avaliação de desempenho Modelo de gestão

d) Avaliação de Desempenho: Tipos de Indicadores. Administração por centro de responsabilidades Modelos de avaliação de desempenho.

e) Sistemas de Informações gerenciais.

6. NOÇÕES DE DIREITO

a) Noções de Direito Público e Privado: Conceito de direito, direito objetivo e subjetivo, positivo e natural, direito e moral, fontes do direito, fases da lei.

b) Noções de Direito Trabalhista e Legislação Social: Contrato individual de trabalho, remuneração, alteração, suspensão e interrupção, rescisão e aviso prévio e estabilidade. Associação sindical e convenção coletiva do trabalho, contribuição sindical e contribuição confederativa. Conceitos de arbitragem.

c) Noções de Direito Comercial e Legislação Societária: Sociedade não personificada, sociedade personificada, administração societária, contrato social. Dissolução parcial ou total da sociedade. Retirada, exclusão, falecimento de sócios. Insolvência, recuperação empresarial, falência e liquidação.

d) Noções de Direito e Legislação Tributária: Sistema Tributário Nacional e Código Tributário Nacional. Competência tributária. Receitas Públicas e Tributos, conceito, classificação de receitas e tributos, impostos, taxas e contribuições.

7. MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

a) Distribuição de Freqüência: Intervalos de classe. Histogramas e polígono de freqüência. Freqüência acumulada e relativa. Representação gráfica.

b) Descrição de Dados: Média aritmética. Média geométrica. Mediana. Moda. Quartis, decis e percentis. Amplitude. Desvio médio, variância e desvio-padrão. Coeficiente de variação.

- c) Probabilidades: Eventos independentes, dependentes e mutuamente exclusivos. Valor esperado. Probabilidade condicional. Distribuição discreta e contínua. Distribuição binomial. Análise combinatória. Variáveis aleatórias.
- d) Regressão e Correlação: Teoria da correlação. Correlação linear e múltipla. Medidas de correlação. Mínimos quadrados. Equação da correlação. Erro padrão. Variação explicada e não explicada. Coeficiente de determinação e de correlação. Equação de regressão. Diagrama de dispersão. Análise de correlação e regressão.
- e) Números Índices: Construção de índices simples e compostos. Mudança de base de um número índice. Índice de preço ao consumidor. Deflação.
- f) Teoria da Amostragem: Amostras e populações. Amostra aleatória. Valor esperado.
- g) Testes de Hipóteses: Teste de diferenças de médias. Determinação do tamanho da amostra. Teste qui quadrado. Distribuição T *Student*. Distribuição binomial. Distribuição F. Teste de diferença entre variâncias.
- h) Juros Simples e Compostos.
- i) Taxas nominal, proporcional, efetiva e equivalente.
- j) Descontos: Desconto simples. Desconto composto.
- k) Séries de Pagamentos: Anuidades postecipadas. Anuidades antecipadas. Anuidades diferidas. Anuidades variáveis.
- l) Correção Monetária e Inflação: Índices de atualização e inflação. Variação dos índices. Taxa de juros nominal e real. Depósito com correção monetária.
- m) Sistema de Amortização: Sistema *Price*. Sistema SAC. Sistema *SACRE*.
- n) Análise de Investimentos: Conceito e aplicação de fluxos de caixa. Taxa Mínima de Atratividade (TMA).
- o) Métodos de análise de investimentos (valor presente, custo anual, taxa interna de retorno e *payback*).

8. TEORIA DA CONTABILIDADE

- a) A Contabilidade: Conceito e objetivos. Usuários e suas necessidades de informação. Os diversos ramos aplicados da Contabilidade.
- b) As escolas ou doutrinas na história da Contabilidade
- c) Evolução histórica da Contabilidade.
- d) Reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, ganhos e perdas. Capital físico, financeiro e sua manutenção.

e) Os Princípios de Contabilidade: Os Princípios de Contabilidade como essência das doutrinas contábeis aceitas e base das Normas Brasileiras de Contabilidade. Conteúdo da Resolução CFC n.º 750/93, atualizados pela Resolução CFC n.º 1.282/10 e possíveis alterações e inclusões até noventa dias antes da realização do Exame.

f) Patrimônio Líquido e suas teorias

g) Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis.

9. LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

a) A ética geral e a ética profissional O conceito e sua inserção na Filosofia. Os campos de Ética e da Moral. As fontes das regras éticas. A Sociedade e a Ética. O papel da Contabilidade na Sociedade. A Ética Profissional.

b) A legislação sobre a ética profissional: O Código de Ética Profissional do Contabilista: ordenamentos e punições. O Estatuto dos Conselhos de Contabilidade. As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até noventa dias antes da realização do Exame.

c) Legislação profissional: A regulamentação profissional do Contabilista: o Decreto-Lei n.º 9.295/46 e a n.º Lei 12.249/10.

10. PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

a) Princípios de Contabilidade: Resolução CFC n.º 750/93 e alterações conforme Resolução n.º 1.282/10.

b) Normas Brasileiras de Contabilidade: Resoluções pertinentes do CFC.

c) O sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade.

d) As Normas Técnicas, as Profissionais e as suas respectivas Interpretações Técnicas. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até noventa dias antes da realização do Exame.

11. AUDITORIA CONTÁBIL

a) Conceitos Básicos de Auditoria: Contextualização, Auditoria interna, Auditoria Externa, Controle interno.

b) Legislação, Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria: Fundamentos de Auditoria contábil, Perfil do auditor contábil, Normas Brasileiras de auditoria e possíveis alterações e inclusões até noventa dias antes da realização do Exame, Normas da IFAC.

- c) Planejamento de Auditoria: Conceituação, Objetivos, Plano e programas de auditoria, Realização de testes de auditoria, Realização de procedimentos de revisão analítica, Seleção da Amostra e Avaliação do Risco, População e estratificação, Tamanho da amostra, Amostra aleatória, sistemática e causal, Avaliação dos resultados da amostra, Avaliação da razoabilidade de estimativas contábeis, Modelo de risco de auditoria, Evidência, Avaliação de negócio.
- d) Controle Interno: Conceitos, Objetivos, Avaliação da Integridade da administração, Entendimento e avaliação da estrutura e sistemas de controle, Entendimento da estrutura e dos sistemas contábeis.
- e) Papeis de Trabalho: Conceito, Finalidade, Forma e conteúdo, Confidencialidade, custódia e propriedade, Tipos de papéis de trabalho, Preparação de papéis de trabalho, Revisão de papéis de trabalho, Arquivos de papéis de trabalho.
- f) Pareceres de Auditoria: Conceito, Estrutura, Normas do parecer dos auditores independentes, Responsabilidade, Tipos de parecer (com ressalva, sem ressalva, parecer adverso, com abstenção de opinião), Parágrafo de ênfase.
- g) Auditoria das Contas Patrimoniais: Objetivos, Ativos e passivos circulantes e não circulante e Patrimônio líquido.
- h) Auditoria das Contas de Resultado: Objetivos, Despesas, Receitas.
- i) Relatórios de Auditoria: Contextualização, Conteúdo, Relatório circunstanciado, Relatório de recomendações.
- j) Revisão pelos Pares: Objetivos, Procedimentos, Relatórios de revisão pelos pares.

12. PERÍCIA CONTÁBIL

- a) Conceito: Definição, classificação, finalidade.
- b) Aspectos Profissionais: Perfil profissional do perito.
- c) Aspectos Técnico, Doutrinário, Processual e Operacional: Perícia Judicial e Extrajudicial - Planejamento, execução e procedimentos. Competência técnico-profissional. Honorários Periciais. Quesitos. Indicação de Assistentes. Laudo Pericial. Parecer Pericial Contábil. Termo de Diligência.
- d) Legislação: Legislação profissional vigente sobre a matéria, especialmente as Normas Brasileiras de Perícia Contábil e possíveis alterações e inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.
- e) Tipos de Perícia Contábil: Apuração de haveres, dissolução de sociedades, inventários, prestações de contas, contratos financeiros, sistema financeiro de habitação e cálculos trabalhistas.

13. LINGUA PORTUGUESA

a) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Fundamental.
Lei n.º 9.394 de 20/12/1996.

b) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Médio.
Lei n.º 9.394 de 20/12/1996.

c) Decreto Lei n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008. Acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.